

ORLANDO RODRIGUES FERREIRA

“CADÊA VELHA” – “CADÊA NOVA”

**PRESO À HISTÓRIA DO PRÉDIO DA DELEGACIA
SECCIONAL DE POLÍCIA DE CAMPINAS**

CAMPINAS/SP

CONDEPACC

abril-2005

ORLANDO RODRIGUES FERREIRA

**“CADÊA VELHA” – “CADÊA NOVA”
PRESO À HISTÓRIA DA DELEGACIA
SECCIONAL DE POLÍCIA DE CAMPINAS**

Estudo/Relatório para a justificativa de tombamento do prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme”, à Avenida Andrade Neves nº 471, Botafogo, Campinas/SP, à análise e votação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc).

Processo CSPC/SMCET/PMC 007, de 16 de agosto de 2001; Protocolo 75.399/01.

**CAMPINAS/SP
Condepacc
abril-2005**

“CADÊA VELHA” - “CADÊA NOVA”

PRESO À HISTÓRIA DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CAMPINAS

© ORLANDO RODRIGUES FERREIRA

Conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas
(Condepacc),

em representação da Associação Campineira de Imprensa (ACI);
Astrônomo; bacharelado e licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas.

Direitos autorais, intelectuais e patrimoniais (© copyright) protegidos nos termos do Decreto nº 1.825, de 20 de outubro de 1907, e da Lei nº 9.610/98, conforme Registro nº 349.645, Livro 644, Folha 305, no Escritório de Direitos Autorais (EDA)/Fundação Biblioteca Nacional (FBN)/Ministério da Cultura (MinC). Proibida a reprodução desta obra total ou parcialmente, por quaisquer meios, sem o prévio consentimento do autor ou de seus representantes legais. A violação dos direitos do autor é crime, conforme estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Prefácio

DR. MIGUEL VOIGT JÚNIOR

Delegado Seccional de Polícia de Campinas

1ª edição – abril, 2005

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
(CONDEPACC)

Edição do autor

Aceita-se permuta por obra congênere ou outras.

Correio-eletrônico: oaorf@ig.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

F413c	FERREIRA, Orlando Rodrigues. “Cadêa Velha” – “Cadêa Nova”: preso à história da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas; prefácio de Miguel Voigt Júnior. -- Campinas, SP: Condepacc, 2005. 45p. : il. 1. Polícia – São Paulo (Estado) – História. 2. Polícia - Campinas (SP) – História. 3. Prisões – Campinas (SP). I. Voigt Júnior, Miguel. II. Título. - 363.2098161 - 365.098161
-------	---

Índices para Catálogo Sistemático

1. Polícia – São Paulo (Estado) – História – 363.2098161
2. Polícia – Campinas (SP) – História – 363.2098161
3. Prisões – Campinas (SP) – 365.098161



Certificado de Registro ou Averbagem

Nº Registro : 349.645 Livro : 644 Folha : 305

"CADEA VELHA"-"CADEA NOVA"-PRESO A HISTÓRIA DA DELEGACIA...
História e Patrimônio Histórico

Protocolo do Requerimento : 2005RJ_6491.

45 página(s)

Obra não publicada.

OBS.: Este Certificado protege à literalidade do trabalho apresentado, e não as idéias nele contidas.

Dados do requerente

ORLANDO RODRIGUES FERREIRA, Orlando Rodrigues (Autoria)

C.I.C. - 031.804.328-96

Rua Dr. Luiz Silvério, 756

Jardim das Oliveiras

Campinas / SP, CEP. 13042-010

Para constar lavra-se o presente termo nesta cidade do Rio de Janeiro,
em 10 de Agosto de 2005, que vai por mim assinado.

Analisado por Pedro José Guilherme de Aragão
O referido é verdade e dou fé.

Jaury Nepomuceno de Oliveira
Responsável Técnico pelo EDA/FBN

AGRADECIMENTOS

Ao

Dr. MIGUEL VOIGT JÚNIOR,

Delegado Seccional de Polícia de Campinas,
pelo incentivo que me proporcionou às pesquisas e realização deste
trabalho;

PAULO JOSÉ MEM PORTO (PAULINHO),

pela amizade, apoio sempre constante e por se destacar como fiel e
contumaz guardião do patrimônio histórico da DSPC;

NANCI APARECIDA DE PÁDUA,

sorriso constante reluzindo e marcando a história de um prédio;
à equipe de técnicos, especialistas e funcionários da Delegacia
Seccional de Polícia de Campinas “DR. CID GUIMARÃES LEME”;
às (aos) servidoras(os) da

UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UGE),

pela recepção, carinho e respeito com os quais fui agraciado;
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
(CONDEPACC),
pelo intransigente compromisso com a memória histórica de
Campinas.

Orlando Rodrigues Ferreira
Campinas/SP, 25 de abril de 2005.

AMOR À HISTÓRIA E À CULTURA

Que dei-me ante a responsabilidade. Atrasei-me e agora sei porque razão, depois de muitos anos, reaparece a frase de Henry Miller afirmando que *“Educação é aquilo que fica quando se esquece o que ensinou a escola”*. Lembro-me da Escola, dos livros e de meu pai: Professor, Sociólogo, Estudioso e de vasta cultura. Certo de que sua formação pela USP nos anos de 1950, com muita luta e sacrifício o marcara definitivamente, reforçando a predisposição latente e determinando sua vocação de leitor incansável. Dentre as suas frases inesquecíveis uma jamais me abandonou: *“— Educação e alimentação são dois investimentos em longo prazo!”*.

Ao procurar a história do prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas percorri as livrarias e os sebos. Busquei algumas pessoas com cabedal de conhecimento acima do comum. Encontrei o Prof. Orlando Rodrigues Ferreira, que nos mostrou o caminho da pesquisa, as obras e brindou-nos com orientações preciosas. Iniciava-se o passado, respondiam-se perguntas e derrubavam-se afirmações ignorantes sobre o prédio de 1896, obra do grande engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Não fora feito para nenhum Barão do café ou outra finalidade senão a de servir à segurança pública, tanto que sua denominação foi a de “Cadea Nova”.

Ao remexer a história descobrimos que no mesmo prédio, desde sua planta, já existia a divisão e, posteriormente, o funcionamento do Tribunal Popular do Júri — hoje Salão Nobre —, da Câmara Municipal, Gabinete do Delegado de Polícia — Regional à época —, Cadeia e Força Pública. Encontramos tudo nos livros e arquivos de instituições e pessoas que preservaram a história.

Trabalhamos na reforma e restauração do prédio há anos. Em parte, entre outras realizações, conseguimos restaurar o revestimento de madeira, retirando tinta indevidamente aplicada e fazendo renascer o pinho-de-riça. Agora, no centenário da Polícia Civil de carreira, o temos pronto especialmente no que lhe é mais precioso: sua história fotograficamente demonstrada e exposta em seu interior. Tive a felicidade de realizar um trabalho a respeito. Maior felicidade ainda de receber do Prof. Orlando Rodrigues Ferreira a história do acervo fotográfico, quadro-a-quadro. Quase quadro-a-quadro! Seu trabalho denominado *“Cadêa Velha” – “Cadêa Nova” – Preso à história do prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas* ultrapassou as medidas impostas, pois descreveu a história não apenas da construção e transposição de um prédio para outro. Buscou desde a fundação de Campinas,

sua história, seus prédios, seus caminhos e informações valiosas que hoje compõem o acervo e, de tal forma profundas, que se satisfazem somente com sua leitura. Dispensam guias.

Propondo, em 2001, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), atualmente presidido pelo insigne Prof.-Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, o tombamento do imóvel da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas, denominado “Dr. Cid. Guimarães Leme”, o Prof. Orlando Rodrigues Ferreira, Conselheiro e relator do processo, exaure as benesses que poderíamos receber.

Encontrando pessoas com amor à história, cultura, leitura e, evidentemente, livros, lembro-me de Rui Barbosa ao dizer que *“Um país sem história não é um país sem passado, é um país sem presente.”*. Preocupa-nos, portanto, o futuro cada vez mais incerto, especialmente pela educação, cultura e objetivos da geração atual.

A proximidade de pessoas como o Prof.-Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite e o Prof. Orlando Rodrigues Ferreira lembram-me de Winston S. Churchill em *“Grandes Homens do Meu Tempo”*, ao referir-se a Lawrence de Arábia: *“O mundo, naturalmente, olha com certo temor respeitoso um homem que parece inexplicavelmente indiferente a dinheiro, lar, conforto, regalias ou mesmo poder e fama.”*. Complementou o que considero aplicável aos eruditos: *“O mundo sente, não sem uma certa apreensão, que ali está alguém fora de sua jurisdição...”*

Obrigado a ambos... Obrigado para todas as pessoas que lutaram conosco.

DR. MIGUEL VOIGT JUNIOR
Delegado Seccional de Polícia
Campinas/SP, 28 de maio de 2005.

“CADÊA VELHA” – “CADÊA NOVA”

PRESO À HISTÓRIA DO PRÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DA POLÍCIA DE CAMPINAS

UM POUCO DE HISTÓRIA

BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, o segundo Anhangüera¹, aos 30 de junho de 1722, partira em busca das “*Minas de Guaiases*” (Goiás), pois o governador da capitania de São Paulo, RODRIGO CÉSAR DE MENESES, em 1721, havia ordenado para que fosse procedida à procura de minas auríferas. Em 1725, BUENO DA SILVA comunica a descoberta de jazidas na cidade de Goiás, o que provoca o deslocamento de bandeirantes de São Paulo. Dessa nova aventura do bandeirismo no século XVIII, surge o denominado “*Caminho dos guaiases*”, aberto entre 1722 e 1725, passagem pela qual no decorrer dos tempos surgiram povoados, freguesias, vilas e cidades. Próximo a Jundiaí, algo em torno de 50 km, pousos de tropeiros se estabeleceram em três pequenos descampados existentes entre a elevada e densa mata, passando a serem conhecidos como “*Campinhos de Mato Grosso*”, depois “*Bairro de Mato Grosso*” e, finalmente, “*Campinas do Mato Grosso*”.

A primeira sesmaria concedida data de 17 de maio de 1728, sendo entregue para ANTÔNIO DA CUNHA BUENO e com a confirmação da concessão em 15 de novembro de 1732. Origina-se dessa época, portanto, o início da ocupação do solo campineiro, fato incontestado pela grande maioria dos historiadores. As sesmarias não configuravam propriamente um povoado, se caracterizavam como sítios e ranchos estabelecidos em significativas distâncias entre si e com produções agrícolas e animais direcionadas mais para uma cultura de subsistência.

¹ BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, o primeiro Anhangüera, deu ao filho seu próprio nome, passando este à história com a alcunha de “segundo Anhangüera”, que se empenhara também em bandeiras com o pai desde os 12 anos de idade à procura das minas dos Martírios. As “minas dos guaiases” foram descobertas, em 1682, pelo primeiro Anhangüera, seguindo por trilha aberta por Luís Pedroso de Barros, picadão que ficou conhecido como “Caminho dos guaiases”.

Entre 1739 e 1744, com FRANCISCO BARRETO LEME² (Taubaté, □ 1704 – Campinas, 13/04/1782), oriundo de Taubaté com sua numerosa família, o povoamento começa a se consolidar no que viria a ser o pujante município de Campinas. A partir de 1753, cria-se o primeiro cemitério da localidade e, em 1767, o primeiro censo realizado — ou o mais antigo registrado no Arquivo do Estado de São Paulo — aferiu uma população de 268 pessoas, sem considerar os escravos, distribuídas em 53 fogos (famílias ou residências). BARRETO LEME e outros, naquele mesmo ano, enviam uma petição³ ao vigário capitular do Bispado de São Paulo, cônego ANTÔNIO DE TOLEDO LARA, requerendo no documento autorização para que uma capela fosse erigida, não obtendo atendimento imediato à solicitação.

No decorrer de 1772, o que viria a ser Campinas já contava com 357 pessoas distribuídas em 61 famílias. No ano de 1773, BARRETO LEME oficializa um novo pedido para a construção da capela, somente que requerendo a mesma de forma provisória até que o povoado fosse elevado à categoria de freguesia. A capela, assim, começou a ser construída em 22 de setembro de 1773. D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA BOTELHO MOURÃO (*Mouram*), o Morgado de Mateus, capitão-geral da capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, designou FRANCISCO BARRETO LEME, em 27 de maio de 1774, como fundador, administrador e diretor do povoamento, com a missão de proceder com o respectivo urbanismo, criando a *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso*.

Em julho de 1774, Frei ANTÔNIO DE PÁDUA (1743 – 1805) — ou Frei ANTÔNIO DO NASCIMENTO PÁDUA, segundo BENEDITO BARBOSA PUPO (1906–2001), in: “*À margem da história de Campinas*”, p. 21 (2ª ed., Campinas, 1976) — muda-se às plagas campineiras e passa a ocupar o paroquiato da recém-criada freguesia. Agora devidamente autorizado pelo Frei D. MANUEL DA RESSURREIÇÃO, Bispo Superior da Ordem dos Menores de São Francisco, prossegue na construção da capela provisória e

² Encontramos citado por EDMO GOULART o nome do fundador de Campinas como FRANCISCO BARRETO LEME DO PRADO (GOULART, Edmo - *Campinas no ano do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo* – 1ª ed.; fotografia de Gilberto De Biasi – Campinas/SP: Prefeitura Municipal de Campinas, 1954). Entretanto, na petição histórica de 1774, o segundo nome constante, entre outros signatários, é somente de FRANCISCO BARRETO LEME, o qual utilizamos por ser a referência mais fiel, inclusive adotada por outros pesquisadores.

³ A petição não se encontra datada e assinada, estando no Livro do Tombo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso, às folhas 6. Entretanto, o despacho do documento foi efetuado pelo cônego ANTÔNIO DE TOLEDO LARA, em São Paulo, aos 15 de setembro de 1772.

na qual realizou, em 14 de julho de 1774⁴, a primeira missa cantada, cerimônia do benzimento da matriz provisória e levantamento da pia batismal, coadjuvado em assistência pelo padre-mestre MANUEL DE SANTA GERTRUDES AILUAR, presidente do Mosteiro de São Bento, em Jundiaí, e pelo padre ANTÔNIO DO PRADO E SIQUEIRA, vigário de Moji-Mirim. Naquele ato, Campinas passava em definitivo à condição de paróquia, com Frei ANTÔNIO DE PÁDUA sendo o primeiro vigário e administrador espiritual da comunidade; FRANCISCO BARRETO LEME, seu fundador de fato e de direito; e D. LUIS ANTÔNIO DE SOUSA BOTELHO MOURÃO, o MORGADO DE MATEUS,

⁴ Data oficial da fundação do município de Campinas, conforme Lei municipal nº de 3.984, de 17 de maio de 1971.

Por muito tempo existiu – e talvez ainda exista – uma controvérsia entre os historiadores quanto à fundação de Campinas, posto que a concessão da primeira sesmaria data de 17 de maio de 1728, outorgada para ANTONIO DA CUNHA BUENO e que obteve a confirmação da concessão em 15 de novembro de 1732.

Entretanto, somente em 18 de janeiro de 1773, foi efetivada a licença para a construção de uma capela, expedida pelo cônego ANTÔNIO DE TOLEDO LARA, quando este ainda aguardava a chegada do recém-nomeado bispo diocesano.

Em 1º de agosto de 1962, o vereador ANTÔNIO RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR protocolou na Câmara Municipal de Campinas o Requerimento nº 712/62, que daria origem ao Processo nº 16.624 e, por consequência, ao Projeto de Lei (PL) nº 78/70. No processo claramente se determinava que no “*ASSUNTO CM – Comissão Especial / seja formada por campineiros historiadores e um vereador para estudar a data exata da fundação de Campinas. ED. CULTURA – DIAS COMEMORATIVOS – Reconhece oficialmente a data de 15/11/1732 como a da fundação de Campinas.*”.

No Requerimento, o vereador SANTOS JR. declara que “(...) *O historiador campineiro João Batista de Sá, conhecido como Jolumá Brito, afirma que nossa cidade foi fundada em 1739 e não em 1774. (...)*”. No documento, a comissão deveria ser composta por JOÃO BATISTA DE SÁ, THEODORO DE SOUSA CAMPOS, JOSÉ DE CASTRO MENDES, ALAOR MALTA e um vereador, ainda anexando matérias da imprensa sobre a fundação de Campinas. O vereador indicado pela Câmara Municipal foi ALFREDO GOMES JÚLIO e, convidado para compor à comissão, o jornalista e historiador BENEDITO BARBOSA PUPO (1906 – 2001). Subscreviam o Requerimento, juntamente com o vereador SANTOS JR., os vereadores ROMEU SANTINI, LUIS R. LOT, ADALBERTO VON ZUBEN, LUCÍDIO CAZOTTI, AMERIGIO PIVA, ALFREDO GOMES JÚLIO e ADEMAR NASCIMENTO LEMOS.

BENEDITO BARBOSA PUPO, no opúsculo “*À margem da história de Campinas*” (2ª ed., 1976), discorre sobre a longa trajetória do processo. Existiu uma acirrada discussão sobre os termos “*data de origem*” e “*fundação*”. O PL 78/70, após aprovado pela Câmara Municipal, foi encaminhado à Comissão de Educação e Cultura daquela egrégia Casa de Leis, que opinou por ouvir os estudiosos citados. JOLUMÁ BRITO, não aceitando as conclusões da comissão, se recusou a assinar o relatório elaborado em 19 de dezembro de 1963. Cinco reuniões foram realizadas e suas atas foram anexadas ao processo nº 16.624.

Em conclusão, a Comissão decidiu se ater somente ao termo “*fundação*” e não “*data de origem*”, fixando, por fim, o 14 de julho de 1774 como data oficial da fundação, quando da primeira missa em Campinas e que foi realizada por Frei MANUEL DA RESSURREIÇÃO. Após nove anos do início do processo, o prefeito Dr. ORESTES QUÉRCIA sancionou a Lei nº 3.984, de 17 de maio de 1971, que “*Fixa oficialmente a data da fundação de Campinas.*”.

Curiosamente Campinas comemorou o seu bi-centenário em duas ocasiões, a saber: 1939 e 1974. A primeira comemoração ocorreu apesar da oposição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pois a instituição afirmava que a data correta seria realmente 14 de julho de 1774. Decorridas as comemorações de 1939, na praça GUILHERME DE ALMEIDA, defronte ao Fórum, foi erigido um marco comemorativo com a data de... 1774, veementemente contestado na imprensa por JOLUMÁ BRITO, que propugnava 1939.

Este autor, pesquisando nos arquivos da Câmara Municipal de Campinas, verificou, infelizmente, que todo o Processo nº 16.624, originado pelo Requerimento nº 712/62, foi extraviado, se encontrando em lugar incerto e não-sabido. Isto prejudica significativa parte do conhecimento de um dos períodos da história de Campinas. As quatro folhas fotocopiadas dos documentos originais existentes na Câmara Municipal somente apresentam: capa reconstituída do Processo nº 16.624; Requerimento nº 712-62, de 1º de agosto de 1962; frente da ficha de arquivo do processo; e verso da ficha de arquivo do processo, com os seguintes trâmites registrados: “*ARQ – 16-8-73, PRES. – 23-8-73, ARQ – 28-8-73, Exp. 4-3-74, Arq. 14-8-74 e Alcindo 4-12-74*”.

O Processo nº 16.624 provavelmente ainda existe, mas não sabemos aonde se localiza. Urge encontrá-lo para que possamos construir, corroborar ou, mesmo, reavaliar os fatos históricos.

como o autor intelectual da fundação, observando-se que foi ele quem emitiu o documento autorizando BARRETO LEME a proceder com a fundação e que determinou o primeiro plano urbanístico da nova freguesia.

Por justiça histórica, na segunda petição para se erigir uma ermida até que se construísse a matriz definitiva, encontramos no documento os seguintes signatários: capitão JOSÉ DE SOUZA DE SIQUEIRA, FRANCISCO BARRETO LEME, DIOGO DA SILVA REGO, JOSÉ DA SILVA LEME, DOMINGOS DA COSTA MACHADO (o velho), FRANCISCO PEREIRA DE MAGALHÃES, SALVADOR DE PINHO, LUIZ PEDROSO DE ALMEIDA e BERNARDO GUEDES, se concluindo que estes podem ser considerados como co-fundadores de Campinas, liderados por FRANCISCO BARRETO LEME. Em atendimento ao novo requerimento foram exarados despachos favoráveis a partir do Palácio Episcopal em 6 e 7 de maio de 1774, assinados pelo Bispo de São Paulo. Substituindo a capela provisória, foi inaugurada, em 25 de julho de 1781, mesmo com sua construção inconclusa, a igreja-matriz Nossa Senhora da Conceição, que passou à história como “*Matriz Velha*”; 150 anos depois, o antigo templo sofreu absolutas e radicais reformas fazendo com que quase nada sobrasse da igreja original. No seu lugar surgiu a atual Basílica do Carmo, na qual os restos mortais do fundador de Campinas, FRANCISCO BARRETO LEME, descansam sob a égide da PRINCESA D’OESTE.

Deixando de ser Freguesia, Campinas é elevada à Vila em 4 de novembro 1797⁵, por provisão do capitão-general ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO E MENDONÇA. Desmembrada de Jundiáí passa a se intitular *Vila de São Carlos*, pelo motivo, segundo alguns historiadores, de ser 4 de novembro a data consagrada pela Igreja a São Carlos Barromeu.

O nome oficial de *Vila de São Carlos* não prevaleceu entre a população, que continuou a reconhecer a localidade por Campinas, fato que foi constatado por AUGUSTIN DE SAINT-HILAIRE⁶ quando de sua passagem pela vila entre 23 e 25 de

⁵ Por auto de ereção em 14 de dezembro de 1797, a *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso* passa à categoria de vila com o nome de *Vila de São Carlos*. Em 5 de fevereiro de 1842, a *Vila de São Carlos* é elevada à cidade com o definitivo nome de *Campinas*, sendo comemorado o cometimento, em 6 de março de 1842, com muitas festas, solenidade oficial, missa com a entoação do *Te-Deum laudamus* e a instalação do pelourinho para caracterizar a jurisdição. Segundo costume português, o pelourinho era um marco ou coluna de pedra ou madeira que se instalava em local público — sempre na praça principal — para caracterizar a autoridade e justiça. No caso de Campinas, o pelourinho foi erguido na atual praça Bento Quirino (Marco Zero do município), local onde se deu a fundação. No marco escravos e criminosos também eram amarrados para serem castigados.

⁶ AUGUSTIN-FRANÇOIS-CÉSAR PROVENÇAL DE SAINT’HILAIRE (1799 – 1853), botânico francês nascido e falecido em Orleans, iniciou a carreira de naturalista e viajante na Europa. Em 1816, veio ao Brasil para realizar viagens

outubro de 1819. Em seu Relatório de viagens (1845 – 1847), SAINT’HILAIRE realiza, entre muitos, os seguintes comentários quando de sua passagem por Campinas:

“Por ocasião de minha viagem, o nome oficial não tinha prevalecido ainda, e parece que hoje mesmo falta muito para que ele seja geralmente adotado, pois somente se encontra o de Campinas nos documentos dos presidentes da Província dirigidos à Assembléia Legislativa.”

Decorridos quase 45 anos, a *Vila de São Carlos* é elevada à cidade com o definitivo nome de *Campinas* por determinação da Lei provincial nº 5, de 5 de fevereiro de 1842, promulgada pelo Barão de Monte Alegre⁷, então presidente da Província de São Paulo.

A Campinas do final do século XVIII e no decorrer do século XIX, foi detentora de grande riqueza proporcionada pela economia da cana-de-açúcar, desde 1795, e pela cultura do café, com seu ciclo se iniciando em 1826. Nos reportamos, novamente, aos relatos de SAINT’HILARIE:

“Pela maior parte, os habitantes dos arredores de Campinas são agricultores. (...) Desde 1819 aí se encontrava uma centena de Fazendas de açúcar, nelas compreendidas as destilarias, e em 1838 encontravam-se 93 engenhos de açúcar, propriamente ditos, em um número igual de estabelecimentos onde se fabricava água ardente.”

Complementa o memorável historiador e jornalista JOÃO BATISTA DE SÁ, o JOLUMÁ BRITO:

“Em 1852 o número de cafelistas atingia 89, colhendo para mais de 25.000 arrobas, tendo os engenhos baixado para 51, com 140.000 arrobas de açúcar e 12.000 canadas de aguardante e, já em 1872 – a colheita de café arábico subia para 1.300.000 arrobas produzidas em cento e setenta propriedades agrícolas do Município, existindo, apenas, vinte engenhos de cana de açúcar!”⁸

de estudos e pesquisas em diversas regiões, permanecendo por mais de cinco anos no país e passando por Campinas entre 23 e 25 de outubro de 1819.

⁷ Nome de famosa avenida em Campinas, Barão de Monte Alegre era o título nobiliárquico do DR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO (Bahia, 1796 – São Paulo, 1860), mais tarde agraciado com os títulos de Visconde e Marquês de Monte Alegre.

⁸ **BRITO**, Jolumá

Acompanhando esse período de progresso se destaca, mormente, os avanços urbanísticos como o Parque Ecológico, 1806; Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1807/1883; Igreja do Rosário, 1817; Comarca de Campinas, 1832; Teatro São Carlos, 1850; Loja Maçônica Independência, 1870; Colégio do Estado, atual Culto à Ciência, 1873; e, entre outros, o prédio da “*Cadêa Nova*”, 1896, objeto principal deste trabalho.

“CADÊA VELHA” – “CADÊA NOVA”

Concernente à segurança pública no século XIX, o imóvel destinado para essa finalidade abrigava, além da Câmara Municipal⁹ e a Cadeia, outros setores da administração pública e, até, um açougue¹⁰. Construído entre 1824 e 1829¹¹ *[imagens 1 e 2, pintura de José de Castro Mendes]*, se localizava no primeiro logradouro público da cidade a ser arborizado ainda no período do império, a atual praça Bento Quirino, aonde se encontra o imponente monumento-túmulo do insigne maestro ANTÔNIO CARLOS GOMES (1836 – 1896), obra de RODOLFO BERNARDELLI.

O antigo prédio da cadeia, apelidado de “*Cadêa Velha*”, era construído em madeira e taipa de pilão, possuía janelas e portas direcionadas à “*Matriz Velha*”. Na sacada daquele patrimônio foi procedida para a população a leitura do documento que anunciava o golpe militar de 15 de novembro de 1889, ato conhecido como “proclamação da república” *[imagem 3, pintura de José de Castro Mendes]*.

De SÉRGIO GALVÃO CAPONI, acadêmico e presidente da Academia Campineira de Letras e Artes (ACLA) e dileto confrade como conselheiro do CONDEPACC, transcrevemos:

⁹ Somente a partir de 1º de outubro de 1828, a denominação de Câmara Municipal passou a ser oficialmente utilizada. Anterior a essa data, era conhecida como “Concêlhos”, com sua histórica e primeira constituição conforme atestam os documentos da 1ª eleição, em 15 de dezembro de 1791: Juízes: JOSÉ DE CAMARGO PAIS (eleito, 34 votos), Dr. JOSÉ BARBOSA DA CUNHA (eleito, 19 votos), JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA (6 votos), FELIPE NÉRI TEIXEIRA e BERNARDO GUEDES BARRETO (2 votos) — Vereadores eleitos: FRANCISCO DE CAMARGO PIMENTEL (24 votos), JOSÉ DA ROCHA CAMARGO (21 votos) e BERNARDO GUEDES BARRETO (20 votos) — Procurador eleito: JOSÉ GONÇALVES CÉSAR (16 votos). In: *Monografia histórica do município de Campinas* – Prefácio de Francisco Ribeiro Sampaio; Rio de Janeiro/RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

¹⁰ O sobrado deveria abrigar a cadeia para homens e mulheres, a Câmara (“Concêlhos”) e o arquivo desta, o Cartório, local para o carcereiro e o açougue da Vila.

¹¹ Desde 17 de julho de 1815, via ofício, o imóvel para instalar a cadeia passou a ser negociado para aquisição, com o objetivo de substituir a precária cadeia que existia desde o século XVIII. Era um sobrado de propriedade do Tenente — depois Capitão — FRANCISCO DE PAULA CAMARGO; estava próximo ao pelourinho e deveria ser adquirido por contribuições voluntárias do povo: “*Havendo os presos desta Vila, que costumam violar as leis de Nosso Augusto Soberano e que devem ser castigados, e por não haver uma cadeia segura, e, acordando nós a mandarmos fazer uma cadeia para segurança dos mesmos, a qual feita nele se despense uma grande porção de dinheiro e havendo nesta Vila uma casa sobrado do Tenente Francisco de Paula Camargo e este nenhuma dúvida tem em oferecer para vender a dita casa, por ter lugar próprio para a cadeia, arquivo para a Câmara e Cartório e mesmo sala livre e enxovias separadas para homens e mulheres e lugar para o carcereiro e lugar do quintal para o curral do Concêlho e açougue desta Vila, e como nada podemos fazer sem aprovação de V. Senhoria, portanto vimos à presença de V. S. para que atendendo o melhor cômodo e despesa deste, deferirá o que justo parecer. Deus Guarde a V. Senhoria. – Vila de São Carlos, em 17 de julho de 1815.*”

“Ali erguera-se, em 1774, a capela de taipa para Frei Antônio de Pádua rezar a primeira missa, ali, no exato lugar onde descansam os ossos de Carlos Gomes, também se erigiu outrora a Cadeia Pública para abrigar simultaneamente a Câmara e a intendência, numa interessante proximidade da política com as celas da prisão.

Agrilhados, loucos, prostitutas, condenados à morte, criminosos de todos os tipos e classes sociais misturavam-se, assim, à administração pública, ao matadouro, ao açougue e a uma inacreditável escola primária que, teimosamente, funcionava em meio ao tumulto desta estranha combinação.

Curioso lembrar que deste importante prédio foi que Hércules Florence tirou a primeira fotografia da história da humanidade, alguns anos antes do seu conterrâneo que lhe usurpou as glórias da descoberta.”¹²

No entanto, devido às precariedades e aos muitos problemas que foram se acentuando com os anos, o prédio da “*Cadêa Velha*” deixou de proporcionar condições de abrigar os setores da administração pública, tanto que as sessões do júri eram realizadas na casa do próprio juiz. Urgindo, portanto, a construção de um novo prédio, o governo da província de São Paulo entregava, em 1896, para Campinas um imóvel com projeto do engenheiro-arquiteto FRANCISCO DE PAULA RAMOS D’AZEVEDO (8/12/1851 – 13/06/1928), com construção realizada pelo engenheiro ANTÔNIO RAFFIN e obras administradas por EMÍLIO DAUFRESNE, engenheiro cedido pelo governo de São Paulo.

Podemos atestar as condições precárias da “*Cadêa Velha*” pelas notícias dos periódicos da época:





Imagens 1, 2 e 3: Pinturas de José de Castro Mendes apresentando o prédio da “Cadêa Velha”, outrora localizado aonde se encontra atualmente erigido o monumento túmulo do maestro e compositor Antônio Carlos Gomes (1836 – 1896).

“Movimento da Cadeia Pública.

O Sr. Dr. Chefe de policia requisitou do carcereiro da cadeia publica desta cidade uma relação sobre o movimento de presos que alli deram entrada de janeiro do corrente anno até a presente data.”

Diário de Campinas, de 12 de novembro de 1895.

“Visita à Cadeia.

Hontem o sr. Dr. Promotor público da comarca, visitou em companhia dos srs. Tenente delegado, o escrivão da polícia, e capitão commandante da força pública, o edificio da cadeia, que acharam em boas condições, atendendo ás reclamações feitas pelos prezos.”

Diário de Campinas, de 14 de março de 1896.

“Movimento da Cadeia.

Foi este o movimento de presos da cadeia publica desta cidade, durante o mês findo. Entraram 76; homens, 65; mulheres, 11; casados, 30; solteiros, 43; viúvos, 3; brasileiros , 45 estrangeiros, 32. Existe um que está sendo processado por ferimentos graves.”

Diário de Campinas, de 2 de abril de 1896.

“Cadeia Imunda

Muitas pessoas que foram hontem ao edificio da Câmara Municipal e Cadeia, onde estão funcționando a actual sessão do jury, ficaram pessimamente impressionadas pelo estado de immundicie em que está aquella repartição pública. Realmente! Aquilo está muitíssimo sujo! Não há olphato que resista aquella essência concentrada nem organismo que se julge immune diante daquele foco de infecção. A quem competir a fiscalisação da cadeia e aos incumbidos de zelar peea salubridade pública endereçamos a presente reclamação”

Diário de Campinas, de 15 de dezembro de 1896.

“Cadêa Velha.

Este pardieiro vae soffer reformas, é o que dizem. Pela parte exterior, seu aspecto é de uma crueldade indizível. Os seus freqüentadores mudaram de residência e desampararam aquella vivenda onde passaram, contra vontade, horas bem longas (...) O que não comprehendemos é que não se fecham as janellas do palacete, e assim fiquem os transeuntes sujeitos a quebras a cara contra as folhas de madeira que abrem para os passeios. Pedimos que a Câmara ou a delegacia de policia providenciem para que as taes janellas se fechem de uma vez”.

Cidade de Campinas, de 10 de maio de 1897.

“Cadêa Velha.

Os vizinhos da Cadêa Velha pedem á autoridade policial que mande fechar as janellas e portas do edificio que abrem para as ruas, pois com a ventania destes dias o barulho e insupportavel alli”.

Cidade de Campinas, de 13 de maio de 1897.

“Em 1897, ano em que a epidemia de febre amarela é considerada debelada a Câmara sob a presidência de Antonio Campos Sales, realiza as últimas sessões no Paço Municipal do Largo do Carmo. O prédio, que já havia sido tantas vezes interditado em função da cólera e da varíola, havia sido definitivamente condenado pelas autoridades sanitárias”.¹³

A “*Cadêa Velha*”, por derradeiro, seria desativada. O prédio estava em ruínas e seriamente comprometido em sua estrutura, sem quaisquer condições de recuperação. Muitos estudos para reformas foram realizados com a intenção de poder adequá-lo à Câmara Municipal. Formada uma comissão composta pelos engenheiros EDMUND KRUG, TITO MARTIN FERREIRA e ANTÔNIO RAFFIM, concluíram em parecer favorável à demolição que efetivamente foi realizada. No local da outrora “*Cadêa Velha*”, em 25 de julho de 1905, para gáudio de Campinas, se inaugurou o monumento-túmulo do maior compositor das Américas, o maestro ANTÔNIO CARLOS GOMES.

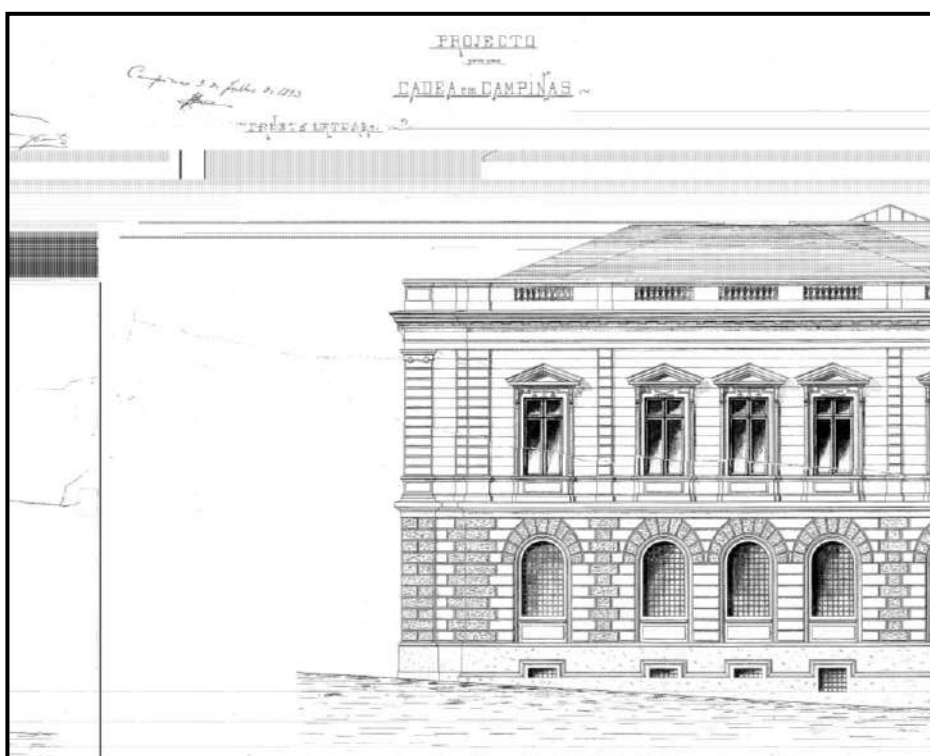
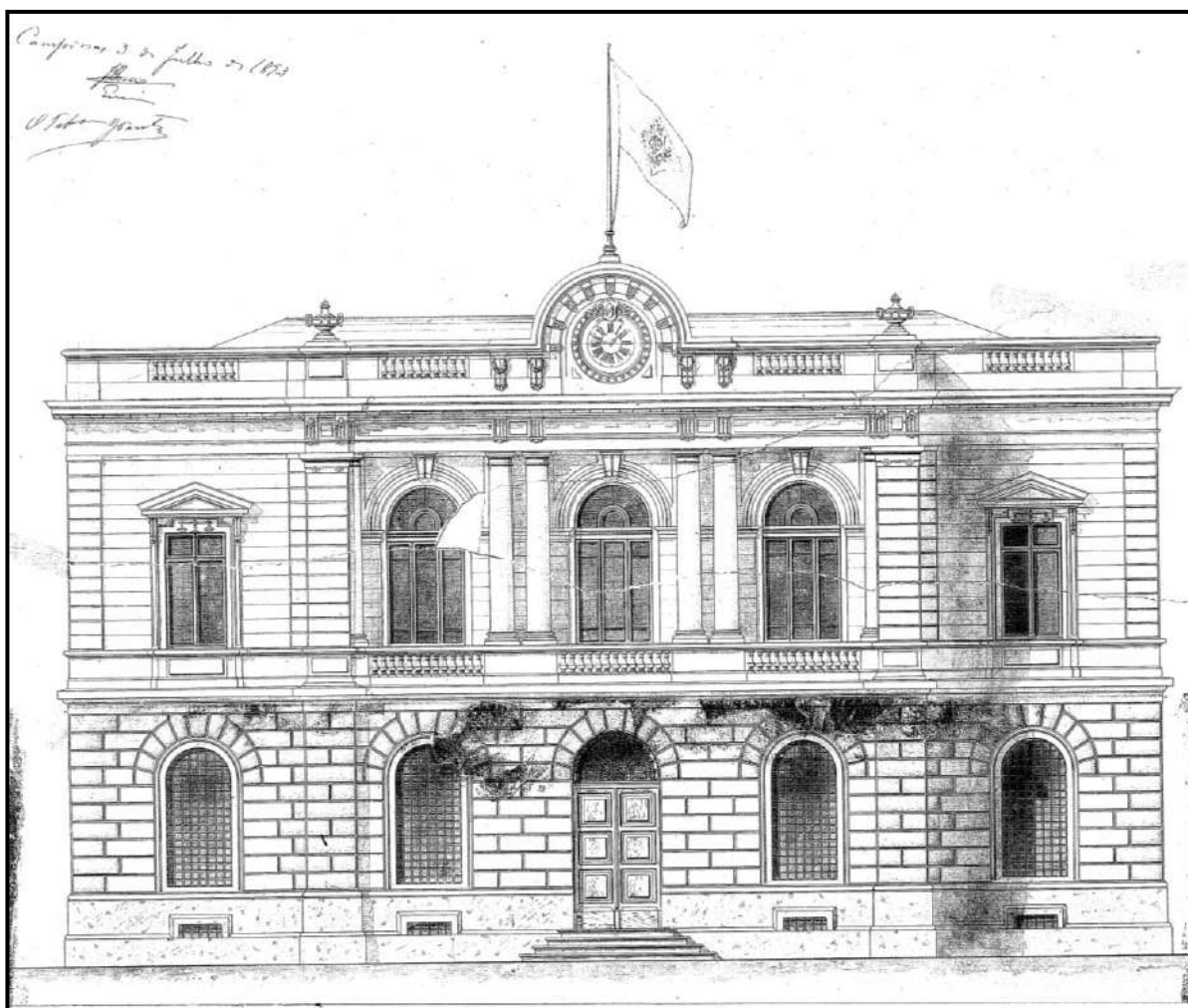
Na Rua do Campo, atual Avenida Andrade Neves, em 1877, foi indicado pelo Dr. FRANCISCO QUIRINO DOS SANTOS um terreno que haveria de ser reservado e demarcado para a construção de um novo prédio, nele devendo ser contempladas dependências para o Tribunal do Júri da Comarca, Câmara e Intendência. Dois anos depois (1879), o governo de São Paulo iniciou o dispêndio das verbas necessárias à empreitada.

O projeto foi elaborado por RAMOS D’AZEVEDO e data de 3 de julho de 1893, conforme os desenhos e plantas originais [*imagens 4, 5, 6, 7 e 8*] que tivemos a oportunidade de analisar. Para maior relevância e importância histórica e arquitetônica, o imóvel construído também se caracteriza por ser, no município, o único exemplar de um projeto de grande porte de autoria de RAMOS D’AZEVEDO, isto sem desconsiderar suas outras obras entre residências, arte tumular (túmulos, o imóvel da administração e portal do Cemitério da Saudade) e a Matriz Nossa Senhora da Conceição (Catedral), quando assumiu a empreitada em 1880, até a sua inauguração, em 8 de dezembro de 1883, fazendo “coincidir” com o seu próprio natalício e com o dia consagrado à padroeira de Campinas que denomina aquele templo.

¹³ MARTINS, José Pedro Soares. *Câmara em foco – Os 200 anos do Poder Legislativo em Campinas*. — Campinas/SP: Printshop, março de 1998.

Um prédio requintado, em estilo neo-renascentista e com enorme influência da arquitetura maçônica **[imagem 9 (frente/verso)]** começou a ser construído em 1895, depois de quase duas décadas de percalços para a liberação das verbas necessárias. Concluída a obra, de imediato começou a ser identificada pela população como “*Cadêa Nova*” em contraposição à antiga na praça Bento Quirino.

Inaugurado (1896) sem pompas ou circunstâncias, no andar térreo **[imagem 8]** encontramos o vestíbulo, o salão central com duplo pé-direito e tendo, no teto, uma bela clarabóia em vitral **[imagem11]**. Oferecendo acesso ao pavimento superior, um lance de escadas em mármore de Carrara **[imagem 12]** defletindo à esquerda **[imagem 13]** e à direita **[imagem 14]**, com corrimãos de madeira e ferro ornamental **[imagem 15]**. No mesmo piso superior se instalavam a Câmara, Intendência e o Fórum **[imagens 10, 16 e 17]** em espaçosos salões com agradáveis e luxuosas decorações **[imagens 18, 19, 20, 21, 22 e 23]**. O ambiente destinado à cadeia se localizava no pavimento térreo e, no subsolo, celas com gradeamentos em madeira destinadas às solitárias **[imagens 24, 25, 26, 27, 28 e 29]**.



Imagens 4 e 5:
Projeto de 3 de julho de 1893, do engenheiro-arquiteto campineiro/paulistano Dr. Francisco de Paula Ramos D'Azevedo (1851 – 1928), apresentando as vistas frontal (face Leste) e lateral (face Sul) do prédio da “Cadêa Nova”.

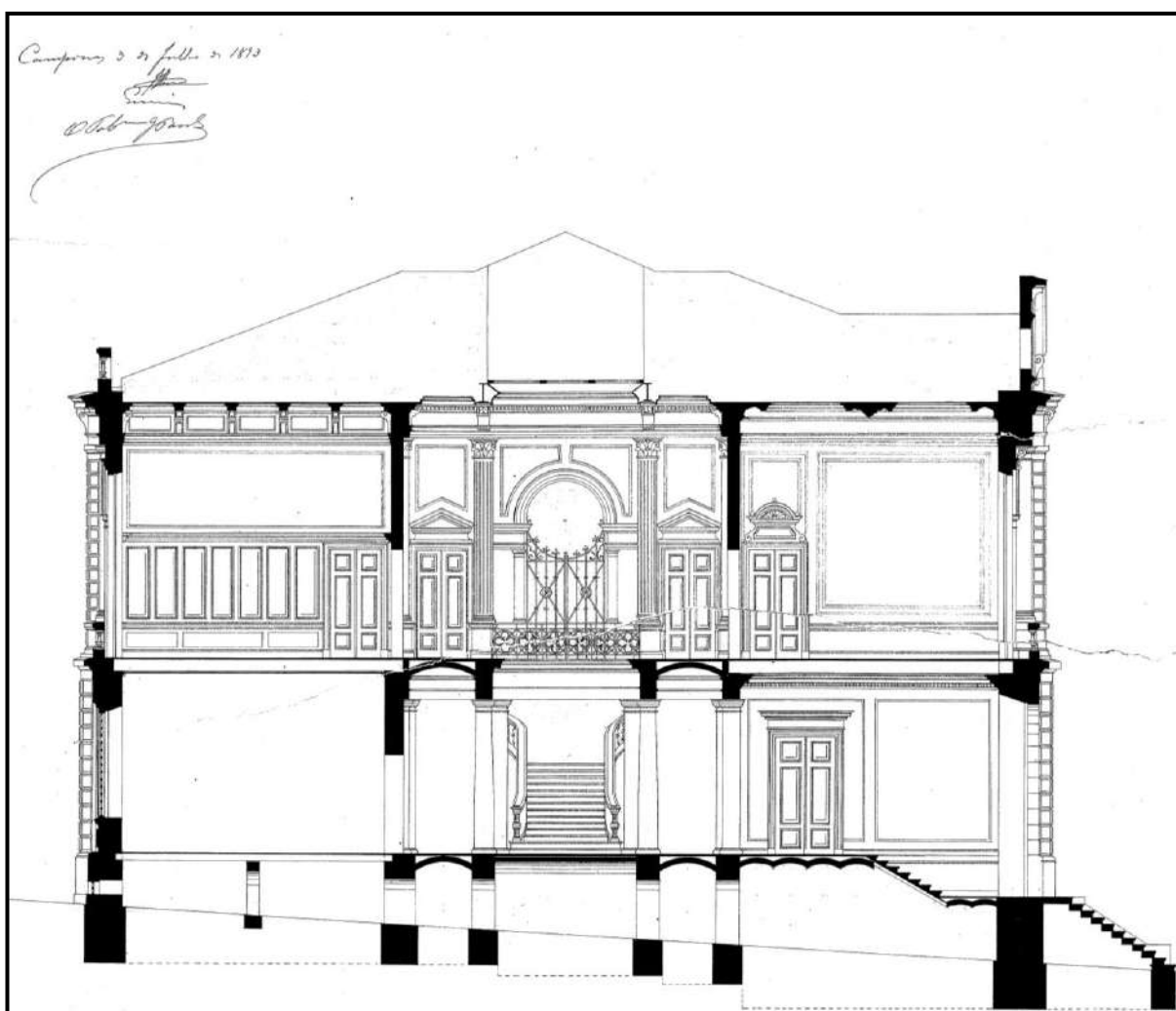


Imagem 6: Projeto de 3 de julho de 1893, do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos D’Azevedo (1851 – 1928), apresentando o recorte lateral (face Sul) do prédio da “Cadêa Nova”.

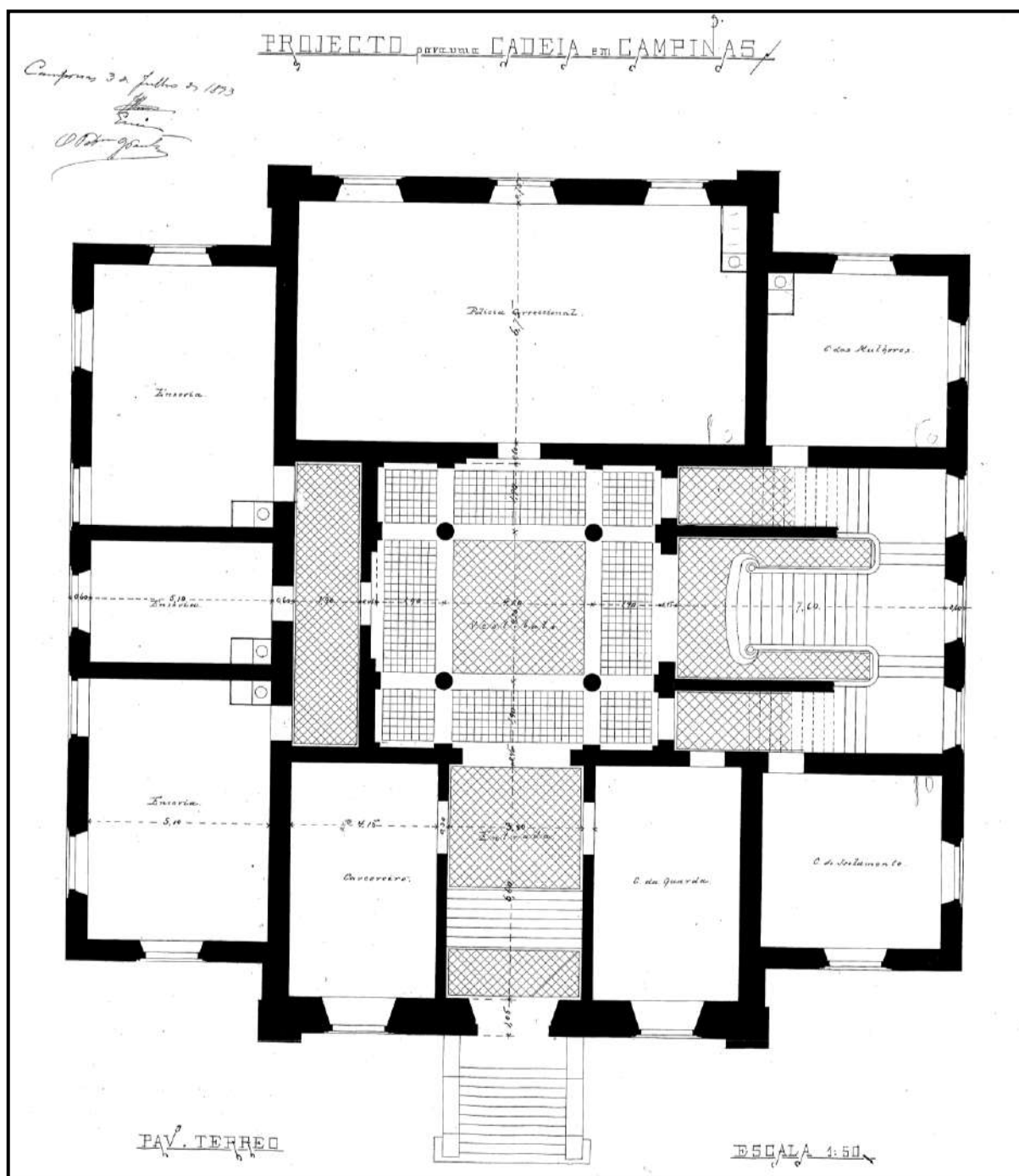
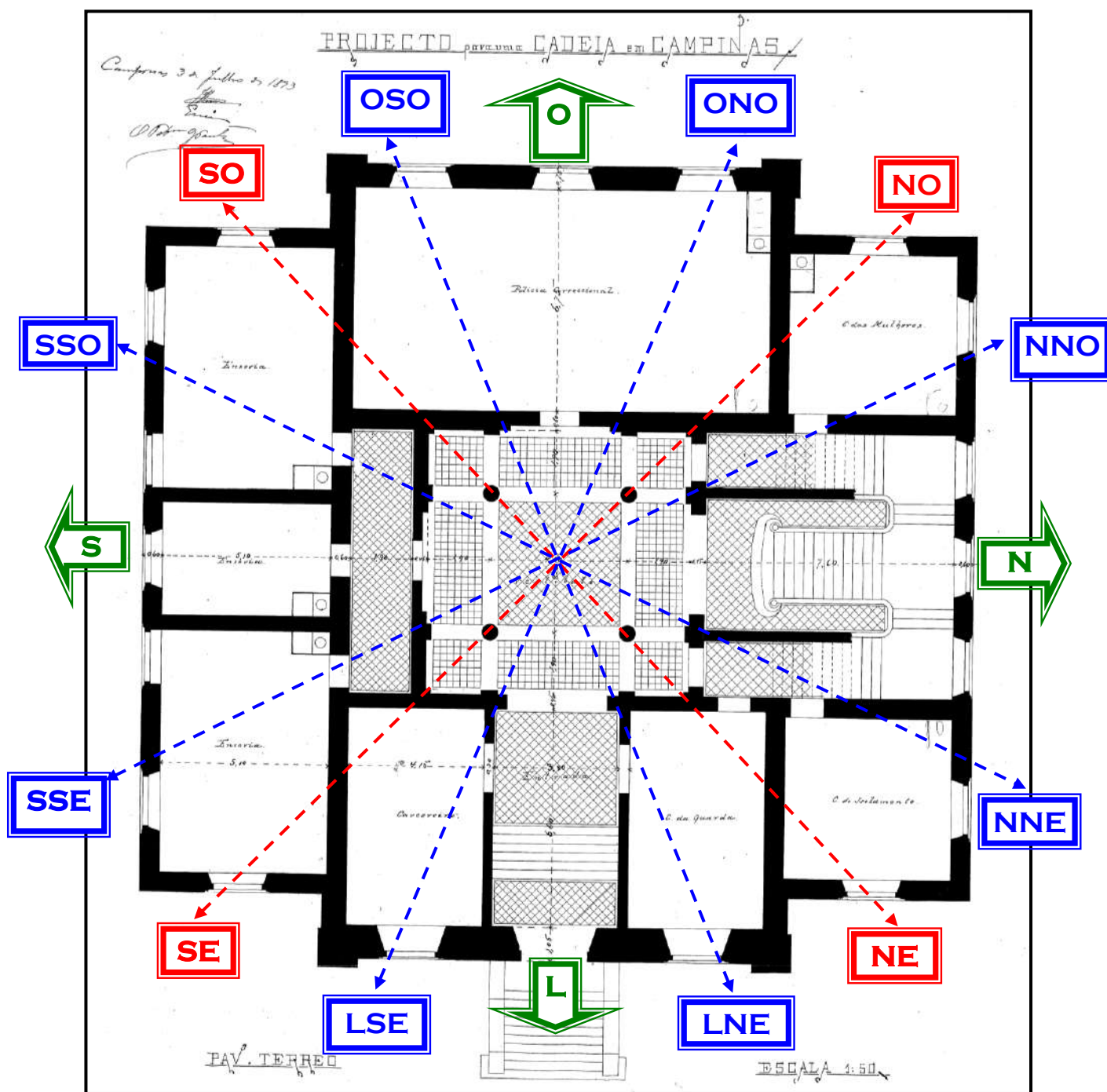


Imagem: Projeto de 3 de julho de 1893, do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos D'Azevedo (1851 – 1928), apresentando o pavimento térreo do prédio da “Cadeia Nova”.



Posicionamento geomagnético do prédio da “Cadêa Nova”

Pontos cardeais	Pontos colaterais	Pontos subcolaterais	
N = Norte	NE = Nordeste	NNE = Nor-nordeste	LNE = Lés-nordeste
S = Sul	NO = Noroeste	NNO = Nor-noroeste	LSE = Lés-sudeste
L = Leste	SE = Sudeste	SSE = Sul-sudeste	ONO = Oés-noroeste
O = Oeste	SO = Sudoeste	SSO = Sul-sudoeste	OSO = Oés-sudoeste

Coordenadas geográficas da DSPC

Latitude (ϕ): 22°54'16,54" Sul

Longitude (λ): 47°04'09,5" Oeste

Elevação (h): 695,71 metros

Aproximação ($\cong$): 9 metros

Declinação magnética: $\cong$ 19°41' Oeste, variação de 0°6' Oeste/ano

Cálculos e aferições

Orlando Rodrigues Ferreira, em 06 e 13 de junho de 2005.

Referência

Centro do térreo (saguão à entrada) da “Cadêa Nova”.

Equipamentos e Fonte/Programa

GPS ETrex 12 Channel GPS Garmin, gentilmente cedido pelo astrônomo Alexandre Perroni.

National Geophysical Data Center – Geomagnetic Data/NOAA Satellite and Information Service.

Observamos *in loco* a simetria da construção e sobre a planta (3 de julho de 1893) **[imagens 8 e 9]** do pavimento térreo da “Cadêa Nova” cotamos os alinhamentos geomagnéticos dos pontos **cardeais**, **colaterais** e **subcolaterais**, excetuando os outros 16 intermediários, que completariam uma Rosa-dos-Ventos tradicional de 32 pontas. As aferições foram realizadas com relativa aproximação, pois cálculos e medições mais precisas deverão ser efetuadas com a auxílio do equipamento GPS Garmin Etrex 12 e do teodolito HOPE ST-4, gentilmente cedido pelo Planetário do Museu Dinâmico de Ciências de Campinas (MDCC). O direcionamento geográfico (magnético) — isto é, sem considerar a compensação da declinação magnética (variação de $\cong 19^{\circ}41'$ Oeste) para a localização do Sul–Norte geográfico verdadeiro — não ocorre por acaso, pois se fundamenta em um princípio astronômico da arquitetura maçônica, tanto quanto registrado em outros patrimônios históricos dos séculos XIX e XX em Campinas, por exemplo: o Palácio dos Azulejos (1878); a Catedral Nossa Senhora da Conceição (1807/1883); e o solar (1880) do Barão de Itapura, Joaquim Policarpo Aranha (1809 – 1902), atual campus central da PUC-Campinas. Pela construção podemos determinar os equinócios de outono e primavera e solstícios de inverno e verão; acompanhar a declinação solar durante o ano; utilizar o prédio como calendário luni-solar; prever o nascer, passagem meridiana e ocaso do Sol, Lua, planetas e estrelas; medir azimutes e alturas geográficas e astronômicas; definir o meridiano local (eixo Sul–Norte) e o paralelo Oeste–Leste de Campinas; indicar referenciais astronômicos como a eclíptica, equador celeste, pólo celeste sul e outros; calcular a declinação magnética; *etc et al.*

Numa eventual posterior edição deste trabalho será possível discorrer sobre estas e outras características não abordadas ou aprofundadas no que concerne ao prédio, posto que torna-se necessário um estudo arqueoastronômico de campo mais abrangente em relação ao patrimônio.

Somente para simples ilustração, nos dias próximos, durante e poucos posteriores ao solstício de inverno para o Hemisfério Sul terrestre (tabela abaixo), o Sol nasce direcionado à entrada do prédio da “Cadêa Nova”, estando declinado em relação ao Leste geográfico verdadeiro o equivalente a $23^{\circ}27'$ para o Norte, no Trópico de Câncer, valor angular da inclinação do eixo da Terra em referência ao eixo da eclíptica. Nos dias próximos, durante e poucos posteriores ao solstício de verão para o Hemisfério Sul (tabela abaixo), ao meio dia solar verdadeiro o astro rei em sua passagem meridiana se posiciona acima (Zênite) do prédio, projetando sua luz através do vitral no teto **[imagem 11]**, incidindo multicolorido no centro do piso do saguão; nesse momento, o Sol estará declinado para o Sul $23^{\circ}27'$, no Trópico de Capricórnio, em relação ao Leste geográfico verdadeiro. Nos intervalos médios de seu movimento aparente anual, o Sol duas vezes por ano cruza pela linha imaginária do equador celeste, que é a projeção do equador terrestre no espaço, se posicionando nos pontos equinociais (vernal/gama e libra) de outono e primavera (tabela abaixo). Estas situações podem ser determinadas pela construção da “Cadêa Nova”, porque nessas ocasiões o nascer e o pôr-do-Sol ocorrem em linhas-de-visadas específicas do prédio (também podemos acompanhar a Lua, planetas e estrelas), bastando o observador ocasional simplesmente se posicionar em pontos referenciais no imóvel para acompanhar o fenômeno da declinação solar em seu aparente deslocamento anual de $46^{\circ}54'$ no sentido Sul–Norte.

Em resumo, a “Cadêa Nova” pode ser utilizada — assim como outros patrimônios históricos em Campinas, no Brasil e no mundo — como um enorme quadrante solar (relógio de Sol) e instrumento para orientação geográfica e astronômica.

Inícios das estações climáticas para o Hemisfério Sul entre 2005 e 2010, a partir das coordenadas geográficas da “Cadêa Nova” e hora legal de Brasília/DF

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
outono	20/03, 09h31	20/03, 15h23	20/03, 21h06	20/03, 02h48	20/03, 08h43	20/03, 14h31
inverno	21/06, 03h47	21/06, 09h27	21/06, 15h08	20/06, 20h59	21/06, 02h43	21/06, 08h27
primavera	22/09, 19h21	23/09, 01h04	23/09, 06h52	22/09, 12h45	22/09, 18h20	23/09, 00h11
verão	21/12, 15h35	21/12, 21h23	22/12, 03h08	21/12, 09h01	21/12, 14h45	21/12, 20h39



24



Imagem 11: Desde o salão central, com duplo pé-direito, torna-se possível contemplar ao alto uma clarabóia em vitral e a qual também é uma grande Rosa-dos-Ventos, entre muitas outras menores localizadas no piso do pavimento térreo. Em sua ornamentação existia um lustre que, infelizmente, “extraviou-se” e do mesmo não possuímos imagens.



Imagens 12, 13, 14 e 15: Oferecendo acesso ao pavimento superior, um lanço de escadas em mármore de

Carrara que deflete à esquerda e à direita, com corrimãos de madeira e ferro ornamental e, na área central superior, um gradeamento no mesmo estilo.



Imagens 16 e 17: No piso superior se instalavam a Câmara, Intendência e o Fórum em espaçosos salões.





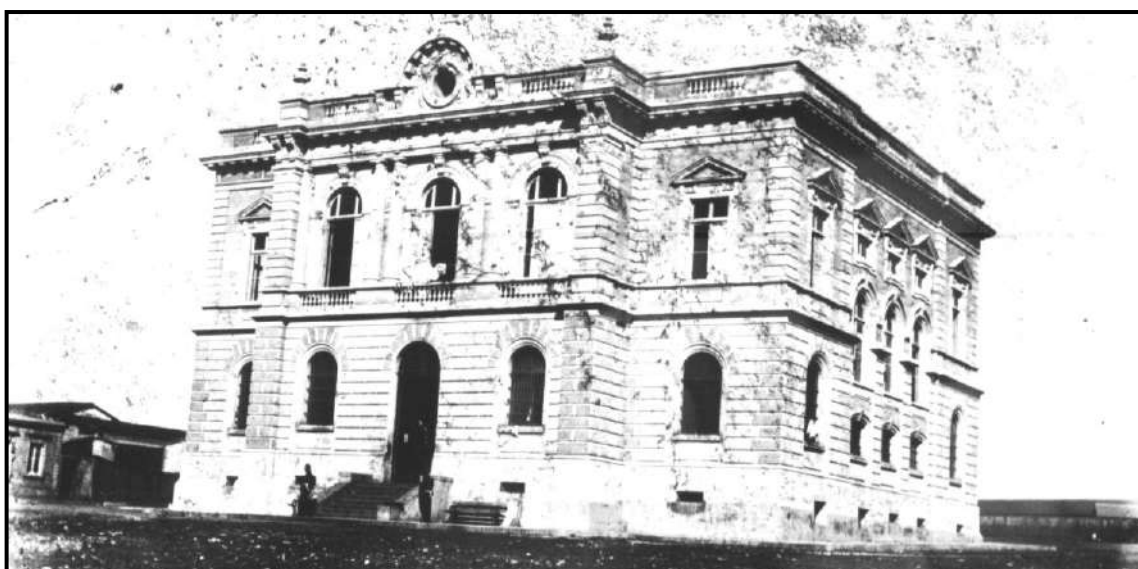
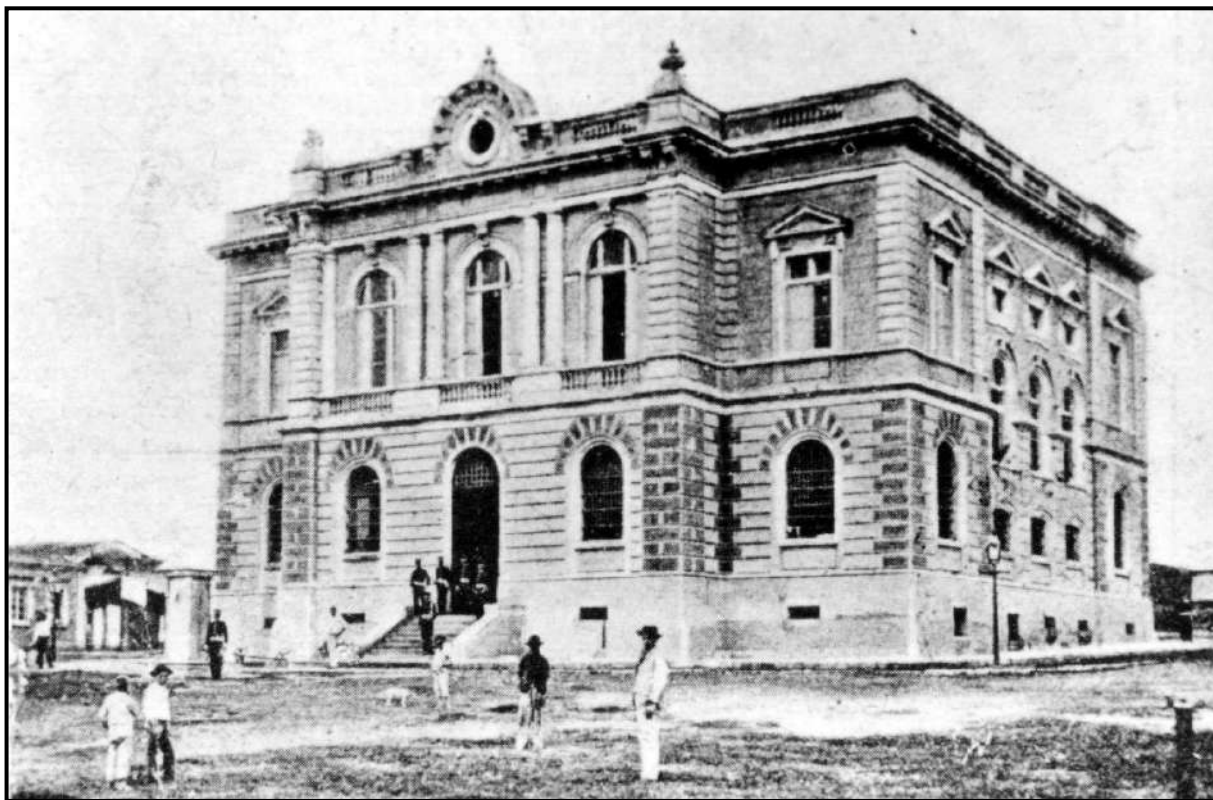
Imagens 18, 19, 20, 21, 22 e 23: Os salões e salas do piso superior são decorados com mobiliários de época.



Imagens 24, 25, 26, 27, 28 e 29: O espaço à cadeia se localizava no pavimento térreo e, no subsolo, celas com gradeamentos em madeira destinadas à solitária.

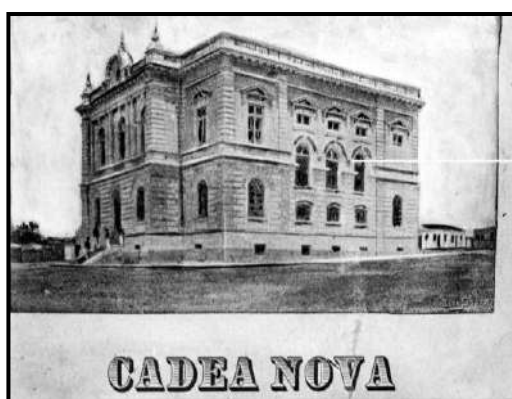
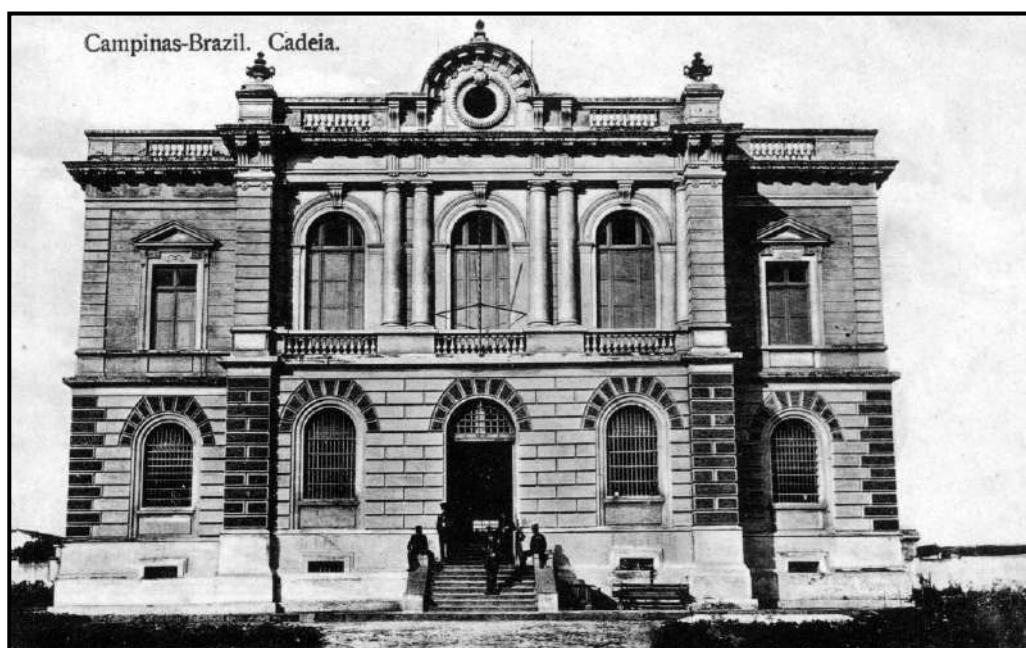
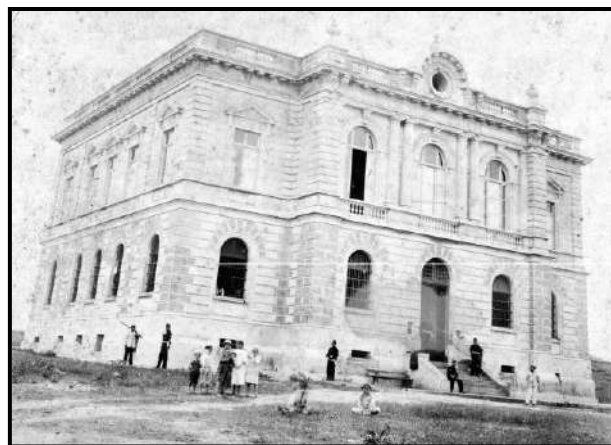


Um fiel relato podemos encontrar em texto escrito pelo saudoso causídico Dr. RUYRILLO DE MAGALHÃES¹⁴ (1917 – 2003) [*imagens 30, 31, 32, 33, 34 e 35*]:



Imagens 30 e 31: Prédio da “Cadêa Nova” em 1900, com datação atribuída por comparação pelo Centro de Memória da Unicamp (CMU).

¹⁴ Dr. RUYRILLO DE MAGALHÃES (1917 – 2003), foi advogado com experiência na estruturação e histórico das organizações policiais. Administrador e jornalista, se aposentou como professor-titular da cátedra de Direito Administrativo e Teoria Geral da Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e foi autor do livro *Direito e Segurança Pública* (Átomo, 2000). Em 1946, idealizou a Guarda Cívica municipal, projeto que, em 14 de julho de 1997, se tornou realidade com a criação da Guarda Municipal de Campinas na gestão do prefeito Dr. FRANCISCO AMARAL. RUYRILLO DE MAGALHÃES é o patronímico do Salão Nobre do prédio da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas”Dr. CID GUIMARÃES LEME”, a “Cadêa Nova”.



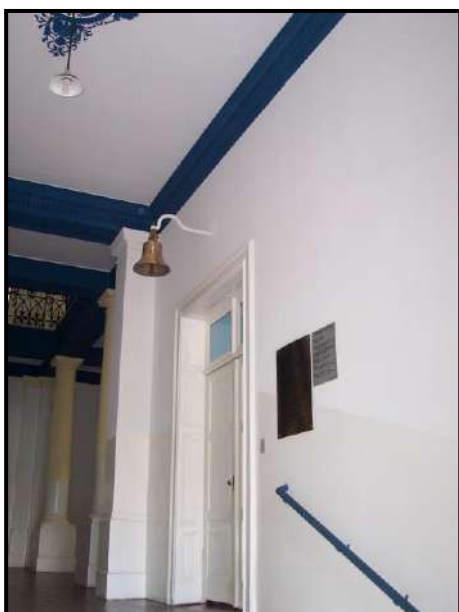
Imagens 32, 33, 34 e 35: Fotografias históricas do prédio da “Cadêa Nova”

‘Cadeia Nova’ foi assim, com esse apelido, que a conheci quando era apenas menino, nos idos dos primeiros anos da década de 20, quando visitava

em companhia de meu pai, Pedro de Magalhães Júnior, que era advogado criminalista.

E, por muitos anos, de fato, presídio modelar, limpo, ensolarado, seguro. Era cercado, separado das vias públicas, que o envolviam por alta e bela muralha reforçada por fortes e robustos pilares quadrados, tendo, como única entrada, magnífico portão de ferro ao lado do qual havia uma guarita e um sino de bronze [imagens 36, 37 e 38], para anunciar a chegada de advogados e outros visitantes. Internamente havia amplos espaços livres onde os encarcerados praticavam a laborterapia, cuidando de verdejantes hortas, generoso pomar e bem tratados jardins, cujos produtos eram vendidos a verdureiros e moradores das proximidades.

Muitos anos mais tarde, o Tribunal do Júri, o Fórum, foi transferido para dois prédios contíguos pintados de cor cinza, os quais ainda hoje existem à Rua Dr. Quirino quase esquina com Rua Dr. Thomaz Alvez.”¹⁵



Imagens 36, 37 e 38: Na entrada havia um portão de ferro, ao lado do qual se encontrava uma guarita e um sino de bronze, que servia para anunciar a chegada de advogados e outros visitantes.

Com artigos e documentos históricos, a imprensa da época e vários pesquisadores nos esclarecem quanto algumas das fases que levaram à consecução da “Cadêa Nova”:

¹⁵ **MAGALHÃES**, Ruyrillho de
Dr. Cid, autoridade exemplar. – Campinas/SP: sem data.

Relatório da Prefeitura Municipal

2º Trimestre de 1895:

“... Vão ser expedidos editaes abrindo concorrência para as obras da 2ª Parte da Cadeia e Casa da Câmara de Campinas.

O projecto, que é ainda o primitivo de Ramos de Azevedo, copiado pela Superintendência de Obras Publicas, exige uma despesa de réis 132:4964, conforme orçamento organizado pelo dr. E. Daufresne. Delle vereis as especificações – mas incluem-se ferros soalhos, portas e janelas, revestimento interno e externo, pintura, grades, escadaria de mármore, etc, etc, como minuciosamente se encontra no Anexo nº 4”

“As obras da cadeia, relativas a 2ª. Empreitada, andaram em 55:989\$656...”
Diário de Campinas, de 14 de janeiro de 1896.

“Cadeia Nova.

“Um novo representante esteve, hontem, no bello edificio da nova cadeia. A pintura externa esta terminada, as quatro fachadas, todas differentes, dão ao edificio uma nota imponente. Visitamos o interior: a sala do jury esta acabada; o estuque é obra fina, as allegorias da justiça estão perfeitamente accentadas, em magnífico relevo; as paredes revestidas de uma argamassa especial – pó de mármore –com lustre próprio fingindo o mármore, se acham concluídas; o salão é vasto, arejado e cheio de luz.

A sala da Municipalidade, com forros de madeira, em arabescos e bordaduras, com as pareces até certa altura de almofadas, traz um aspecto de solemnidade ao ponto de reunião da Assembléia Legislativa do Município. Vimos a sala de autopsias, bem planejadas, bem como as prisões. Entendemos que são fracos os varões de ferro que constituem as grades das prisões.

Sentimos que um tão bello projecto, obra do illustre engenheiro nosso patricio dr. Ramos de Azevedo, vá servir a outras localidades, conforme ordem do governo, quando feiito, especialmente para Campinas. Além de não nos parecer correta essa apropriação, se nos afigura plano irregular - a reprodução de edificios, por um só molde, em differentes cidades do interior”.

Diário de Campinas, de 06 de fevereiro de 1896.

“Enviaram-se à Superintendência das obras publicas, afim de infomar a respeito, as plantas e contas apresentadas pela municipalidade de Campinas, afim de lhes serem pagos réis...38:916\$270, dispendidos em janeiro último, na construção da cadeia desta cidade”.

Diário de Campinas, 20 de fevereiro de 1896.

“Nova Cadeia.

Solicitou-se do dr.secretario da fazenda o pagamento de 33:435\$250 á câmara municipal desta cidade, pelas obras executadas no mez de Fevereiro último na construção da nova cadeia.”

Diário de Campinas, de 23 de abril de 1896.

“Nestes últimos annos o governo do Estado sempre tem tido obras e serviços em Campinas, tratando directamente com os empreiteiros, ou por mediação da Câmara. Segundo nos informam também, as obras da cadea, a cargo do sr. Antonino Raffin, entregues a mezes, ainda não foram satisfeitas, em fortes sommas... Estas demoras prejudicam o proprio andamento das obras”.

Cidade de Campinas, de 27 de janeiro de 1897.

“Cadeia Nova.

Hontem foi posta á disposição do sr. Dr. Delegado de policia a nova cadeia, recentemente construída no Botafogo. Consta-nos que a remoção dos presos dar-se-á hoje.”

Diário de Campinas, de 02 de fevereiro de 1987.

“Remoção de Prezos.

Foram hontem ás 7 horas da manhã, removidos os prezos existentes na cadeia velha para a nova, sendo acompanhados por uma força de 40 praças de infantaria e 12 de cavallaria sob o commando do major Olegiao, que tinha ás suas ordens os capitães Sarmento e Maximino e o alferes Antonio Alves. Os prezos ficara, os sentenciados na prisão n. 1, os que esperam julgamento na prisão n. 2.

Dos prezos, 14 são sentenciados e 7 estão esperando julgamento.

Assistiram ao acto da remoção o dr. Joaquim Gomes Pinto, Promotor publico da comarca, dr. Amazonas Pinto, delegado de Policia e entre os officiaes que se achavam presentes notamos o sr. tenenete coronel Alberto de Barros, commandante do 2º. Batalhão de policia.

Além dos prezos acima mencionados, foram também transferidos 6 alienados.

A remoção foi feita com toda a regularidade, mostrando-se os prezos mais conformados por terem como prisões, compartimento mais arejados, e num bairro tão aprazível como é o do Botafogo”.

Diário de Campinas, 11 de dezembro de 1897.

“Edificio Moderno e de muito gosto e perfeitamente situado. Compõe-se de três corpos, o central, saliente com três janellas de saccada, no segundo pavimento e a porta de entrada e duas janellas gradeadas de ferro no primeiro, e dous lateraes, reintrantes, com uma janella em cada pavimento.No pavimento térreo está alojada a cadeia e no superior funciona o jury. Interiormente o edificio é bem dividido, sendo vastas as salas, sobresahindo estre estas a do jury, cujo teto é de madeira.”¹⁶

“É um bello edificio construído sob planta traçada pelo dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Está situado a cavaleiro na cidade no bairro Botafogo, á rua Andrade Neves.

As obras foram executadas sob contracto com o engenheiro dr. Antonino Raffin, sendo administrador por parte do governo o engenheiro dr. Emilio Daufresne.

Compõe-se de três corpos, com dous pavimento, sendo que as prisões acham-se no pavimento inferior e salas de Câmara e do jury no superior, esta com excellente mobília vinda ultimamente.

É próprio estadual. Foi concluido e entregue ao serviço em 1896.”

“ (...) Entusiasmados com o fato, porque desta feita: quem sabe sai? O Dr.Francisco Quirino dos Santos indica o local onde deveria ser levantado o futuro prédio, longe da cidade e aponta terreno existente lá pelos lados da antiga rua do Campo (Andrade Neves), entre as ruas do Caracol (Benjamin Constant) a rua da Cadeia (América desde 20 de janeiro de 1882 e depois Tomaz Alves) (...) solicitou-se que o trabalho do levantamento da construção deveria ser entregue ao engenheiro da cidade, o dr. Azevedo (...) No mesmo ano, informação vida do Palácio dizia que .. não sendo urgente a construção da cadeia de Campinas, (...) entende que pode sem inconveniência esperar que a mesma Assembléia vote quantia suficiente para a construção total do reclamado edificio! E essa agora! Aquilo era um

¹⁶ PINTO, Alfredo Moreira

Impressões de viagem — Cia. Typ. do Brazil, 1898 (pg. 10)

desafio à riqueza imensa da cidade que se espalhava pelos seus milhares e milhares de cafezais alinhados como soldados de sua economia pela antiga gleba de Barreto Leme. E a luta, então, recrudesciu!

O dr. Ricardo Gumbleton Daunt¹⁷, reconduzido à Municipalidade, verberava o pouco caso que se votava ao assunto (...) Quando funciona o Tribunal do Júri acontece que a Câmara tem que fazer suas sessões em casas particulares por não ter outras acomodações: o tribunal do Júri fica tão mal instalado que as testemunhas de sexo diferente, sofrem com isso; o quarto dos juízes de fato é uma saleta estreita, acanhadíssima e inconveniente quando o julgamento se prolonga por mais de um dia: a sala do tribunal é muito pequena, não possui móveis próprios, não tem tribunas para os acusadores ou defensores, nem entradas para o Presidente do Júri de fato, nem lugar reservado para imprensa, menos para os advogados e nem sequer banco para o réu! Estes ficam, de ordinário sentados entre dois soldados e misturados com o povo que vai assistir aos julgamentos, não havendo espaço livre proibindo isso, ou o menor desses inconvenientes, além do réu poder receber sugestões para suas respostas quando perguntado pelo Presidente do Tribunal! (...)

A nova construção não chegou, propriamente, a ser inaugurada, não. Pelo menos com festas públicas, ou com outras solenidades semelhantes, convites às autoridades, etc. O que se sabe é que em 10 de fevereiro de 1897 eram removidos da cadeia velha para a da atual Avenida Andrade Neves alguns presos mais perigosos e cujos delitos requeriam maior cuidado em suas detenções.”¹⁷

No início da administração de OROZIMBO MAIA¹⁸, primeiro prefeito eleito de Campinas, em 1908 foi adquirido, para instalar a Prefeitura e Câmara Municipal de Campinas, o imponente casarão¹⁹ construído em 1878 pelo fazendeiro JOAQUIM FERREIRA PENTEADO, o Barão de Itatiba, e seu genro, ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA. Podemos observar que os poderes legislativo e executivo pouco permaneceram em ocupação no prédio da “*Cadêa Nova*”, até porque ocorriam divergências entre os edis e os juízes, preferindo, os primeiros, logo após cedido (1896) o novo prédio, estabelecer o Paço municipal na Rua Barão de Jaguará nº 43, esquina com Rua Conceição, em um sobrado.

“Cumpre notar aqui, com referência à Cadeia Nova, que obra projetada pelo notável engenheiro-arquiteto F. Ramos de Azevedo para a Campinas da época foi motivo de orgulho, porquanto no seu todo era superior às Cadeias existentes na maioria das Capitais do país. Edifício deveras majestoso, com dois pavimentos e dividido em três corpos, a Cadeia Nova

¹⁷ BRITO, Jolumá – op. cit., 12º Volume, pp. 121-129.

¹⁸ OROZIMBO MAIA é considerado patrono da benemerência em Campinas. Além de filantropo, foi intendente de maio a julho de 1904, e o primeiro prefeito eleito da história de Campinas, cumprindo a gestão de 1908 a 1910, sendo reconduzido ao cargo em 1926 e permanecendo até setembro de 1930.

¹⁹ O casarão é o *Palácio dos Azulejos “Prefeito Antonio da Costa Santos”*, à Rua Regente Feijó esquina com Rua Ferreira Penteado, sendo duas residências que passaram a compor um conjunto único. Patrimônio sobre o qual este autor publicou o artigo *Arqueoastronomia dos patrimônios históricos – Estudo de caso do Palácio dos Azulejos em Campinas*, in: Saráu – Memória da Vida Cultural de Campinas, volume 1, nº 4, dezembro de 2002, Campinas/SP: Centro de Memória da Unicamp (CMU).

com que o Estado presenteada a ‘Princesa D’Oeste poderia ter sido aproveitada para o funcionamento conjunto da Câmara e da Justiça, além do presídio, mas talvez devido aos constantes desentendimentos havidos entre os vereadores e os Juizes da Cadeia Velha, preferiram os nobres edis, realizar suas sessões distantes da Justiça, providenciando então a instalação do Paço Municipal no sobrado à Rua Barão de Jaguará no. 43, esquina da Rua da Conceição’.”²⁰

A “*Cadêa Nova*”, a partir de 1934 [*imagens 39 e 40*], sofreu reformas e adaptações — porém, sem alterar significativamente suas características históricas-arquitetônicas originais — e nela, em seguida, se estabeleceu a Delegacia Regional de Polícia. Houve a divisão de espaços em celas, o que gerou, com o decorrer do tempo, um alto grau de comprometimento de saúde física e mental dos detentos e profissionais que atuavam no local. De presídio modelo, passou a ser um estabelecimento prisional que denodava preocupação e a ser conhecido como a “*Masmorra da Avenida*”. A preocupação social com a “*Cadêa Nova*” foi objeto de matérias da imprensa campineira, principalmente por uma campanha desenvolvida pelo jornal *Diário do Povo* que, sensibilizando o governo estadual, implicou na construção de um novo presídio como anexo à “*Cadêa Nova*”.



Imagens 39 e 40: A “*Cadêa Nova*”, a partir de 1934, sofreu reformas e adaptações — porém, sem alterar significativamente suas características históricas-arquitetônicas originais — e nela, em seguida, se estabeleceu a Delegacia Regional de Polícia.

O prédio da Delegacia Regional de Polícia, após as reformas e adaptações, novamente foi ocupado de maneira parcimoniosa e racional, sendo possível continuar a funcionar em prol da segurança pública, principalmente, na atualidade, no que se refere à administração do Estado nesse aspecto. Concluídas as intervenções realizadas em 1934, o ambiente do prédio

²⁰ **MARIANO**, Júlio

Badulaques — São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1976.

foi dotado de mobílias em estilo renascentista produzidas pelo mestre entalhador FLORIANO DE SOUZA, além de uma decoração luxuosa e impecável. Especificamente nesse caso, reportamo-nos outra vez a RUYRILLO DE MAGALHÃES:

“Aliás, algumas dessas peças ainda, agora, existem para alegria de nossos olhos e alento para a nossa saudade (...) As portas foram guarnecidas por pesados reposteiros de veludo verde, tendo, no centro, o brasão da República. O assoalho era coberto por tapetes persas e os janelões por fartas cortinas brancas.”²¹

Corroborando nossos estudos, o atual titular do cargo de Delegado Seccional da Polícia de Campinas, Dr. MIGUEL VOIGT JÚNIOR, nos esclarece com sua pesquisa, quando:

“O levantamento histórico nos trouxe dados valiosos, tais como a necessidade do fechamento da cadeia velha, da construção do prédio da chamada “**Cadea Nova**”, a burocracia em torno de sua elaboração, a utilização da mesma para receber presos de outras cidades, causando revolta a observadores da época, seu custo etc. Vejo como característica de principal interesse o que nos mostram as plantas obtidas.

Assim (...) o desenho frontal do prédio, já depois da proclamação da república ostentando a bandeira do império.

(...) da planta detalhando o andar superior do prédio, onde vemos as inscrições “Câmara Municipal” de um lado e “Tribunal Popular do Júri” do outro, nos ensina sobre ambos domicílios de instituições que, atualmente em locais distintos, talvez não sejam do conhecimento de seus atuais membros.

Respectivamente no lugar do primeiro citado, hoje se situa o salão com rica mobília formada de mesa de reuniões, cadeiras de encosto alto e entalhes primorosos, além de relógio tipo pedestal. Guarnecendo referido salão a madeira que o circunda, recebeu dedicado tratamento, retirando-lhe a tinta que lhe foi indevidamente aplicada tempos atrás, voltando a ser pinho de riga. Seu forro, todo entalhado e trabalhado com esmero, por artesãos que hoje somente existem na história, foi restaurado e suspenso internamente de modo a evitar sua queda. Era a Câmara Municipal de Campinas do final do século XIX.

O Tribunal Popular do Júri funcionava onde hoje se situa o Salão Azul, ou Salão Nobre da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas.”²²

²¹ MAGALHÃES, Ruyrillo de – op. cit.

²² VOIGT JÚNIOR, Miguel
1896 / 1905 – 2005: *Patrimônio e instituição seculares a serviço da Lei*. – Campinas/SP: Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme, 2005.

Prossegue, na mesma obra, o Dr. VOIGT JR. em seu estudo histórico e crítico quanto à preservação do acervo documental e patrimonial da secular Delegacia Seccional de Polícia de Campinas, inclusive demonstrando, com plena razão, expressiva preocupação:

“Buscamos entre os mais recentes Seccionais de Polícia, suas fotos (ou pinturas) para colocação, perseguindo assim a história da Polícia Civil e do Prédio. Deduzimos que a simbiose entre ambos é que nos permitiu a preservação, tanto física como histórica. Esta última foi quase aniquilada. Destruíram-se arquivos, livros e inquéritos policiais manuscritos. Evidente o valor histórico dos períodos, revolucionários ou não, que se perderam. Por nenhum interesse ou determinação legal. Por desinteresse histórico. A obra fica e fala sem palavras, abrigando-nos desde a data de sua inauguração. O prédio outrora construído em local ermo, distante do centro antigo, hoje é envolvido pela metrópole cujo nascimento assistiu e... continua a nos abrigar.”

O tema da segurança pública em Campinas é bastante interessante e por demais extenso. Entretanto, não poderíamos discorrer sobre o mesmo neste trabalho, posto que este não é o nosso objetivo imediato e pela exigüidade do espaço. Um valioso estudo sobre o sistema prisional e as forças de segurança pública de Campinas no século XIX, encontraremos em JOLUMÁ BRITO, na sua volumosa obra *História da cidade de Campinas*²³, quando, no 12º volume, discorre sobre a questão nos capítulos “*As primitivas cadeias*” (pg. 98-134), “*E a velha cadeia*” (pg. 135-137) e “*Guarda nacional de Campinas*” (pg. 155-181); e no 13º volume, com os capítulos “*Guarda ou corpo policial*” (pg. 9-22), “*Continua o impasse*” (23-43), “*A guarda urbana*” (pg. 44-54), “*Missões de policiamento*” (pg. 55-58), “*Carcereiros e presos*” (pg. 55-58) e “*Polícias, carcereiros e criminosos*” (pg. 101-122).

Concluimos que o prédio da “*Cadêa Nova*” **[imagem 41 e 42]** é detentor de parte da extensa, rica e gloriosa história do município de Campinas, patrimônio que se encontra em estudo de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Campinas (Condepacc), conforme o Processo Condepacc/CSPC/SMCET nº 007, de 16 de agosto de 2001, Protocolado nº 75.389/01. Por determinação do governo do Estado de São Paulo, passou patronimicamente à *Delegacia Seccional de Polícia de Campinas* “*DR. CID GUIMARÃES LEME*” **[imagens 43, 44, 45 e 46]**, conforme o Decreto-estadual nº 39.227/94, justa homenagem ao servidor da Segurança Pública paulista que

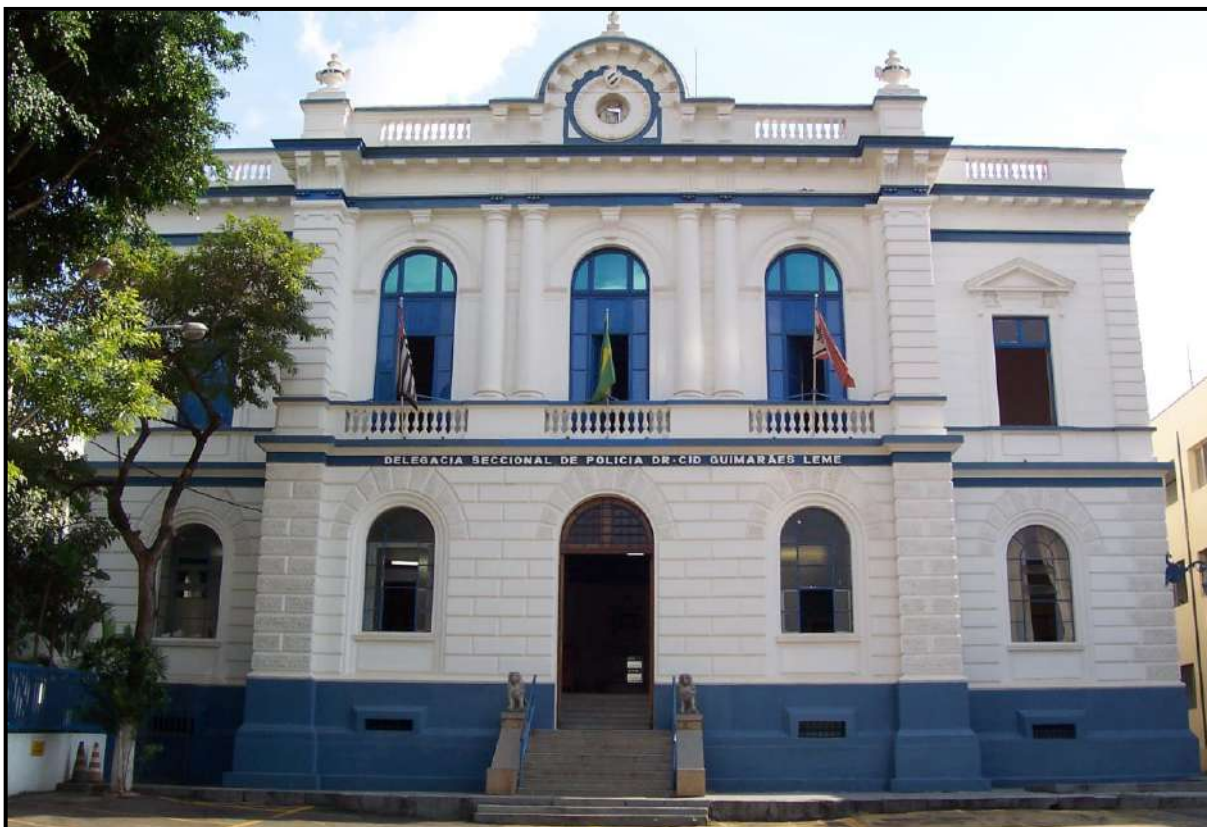
²³ BRITO, Jolumá – op. cit.

com honestidade, dedicação e reconhecidos sacrifícios pessoais e profissionais, fez do seu mister de policial e Delegado Seccional de Polícia um orgulho para toda uma classe e instituição.



Imagens 41 e 42: O prédio da “Cadê Nova” é detentor de parte da extensa, rica e gloriosa história do município de Campinas. Nas fotografias aéreas podemos observar que a DSPC se encontra dentro da área envoltória de 300 metros do Hospital Beneficência Portuguesa, bem tombado, estando, portanto, também resguardada em sua preservação, pelo Condepacc, como patrimônio histórico e cultural de Campinas. Por isso, o relator do tombamento recomenda a área envoltória restrita ao perímetro do estacionamento do prédio, aonde, em suas origens, existia um belo paisagismo que, a qualquer momento, poderá ser reintegrado à estética do patrimônio.





Imagens 43, 44, 45 e 46: Por determinação do governo do Estado de São Paulo, o prédio passou a se denominar patronimicamente *Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme”*, conforme o Decreto estadual nº 39.227/94.



ASSOCIAÇÃO CAMPINEIRA DE IMPRENSA – ACI

A primeira fundada no Estado de São Paulo, em 10 de maio de 1927.

CNPJ 51.294.189/0001-03

Leis de utilidade pública: municipal, nº 482/50; estadual, nº 505/49; e federal, nº 1.073/50.

Campinas/SP, 01 de junho de 2005.

Ao

Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc)

Prof.-Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite

Exmo. Presidente

Exmo. Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer

Nesta

Exmo. Presidente

Referente	PARECER SOBRE PROCESSO DE ESTUDO DE TOMBAMENTO
Imóvel	Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme” Avenida Andrade Neves nº 471, Botafogo, Campinas/SP
Processo	007-16/08/2001
Interessado	Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo (SMCET) Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)
Protocolado	75.399, de 17 de dezembro de 2001

Cumprimentando V. Exa., informo haver assumido, na reunião ordinária do Condepacc em 14 de abril p.p., a relatoria do Processo nº 007-16/08/2001 da CSPC/SMCET/PMC, o qual propõe abertura de estudo para tombamento do imóvel da *Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme”*, à Avenida Andrade Neves nº 471, Botafogo, neste município de Campinas.

Portanto, a título de relatório para análise do egrégio Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), encaminho as publicações “*Cadêa Velha*” – “*Cadêa Nova*”: *Preso à história da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas*, (FERREIRA, Orlando Rodrigues -- Condepacc, abril de 2005) e *1896 / 1905 – 2005*:

Patrimônio e instituição seculares a serviço da lei [obra e CD] (VOIGT JR., Miguel -- DSPC “Cid Guimarães Leme”, abril de 2005), trabalhos devidamente catalogados e registrados na Biblioteca Central da Unicamp e Escritório de Direitos Autorais (EDA)/Fundação Biblioteca Nacional (FBN)/Ministério da Cultura (MinC).

Perante o exposto — e após apresentar ao Condepacc exposições verbal e ilustrativa das obras supracitadas —, sirvo-me para exarar os seguintes pareceres:

- 1** Favorável ao tombamento do imóvel em estilo neo-renascentista, e com influências da arquitetura maçônica, da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas “Dr. Cid Guimarães Leme”, com construção datando de 1895/96 e projeto de 3 de julho de 1893, do engenheiro-arquiteto campineiro/paulistano Dr. Francisco de Paula Ramos D’Azevedo (1851 – 1928).
 - 1.1** Para o referido imóvel se recomenda o Grau de Proteção 1 (GP1), nos termos da Lei municipal nº 9.149, de 17 de dezembro de 1996, e área envoltória restrita aos limites do perímetro do estacionamento, pois o prédio já se encontra circunscrito nos 300 metros envoltórios da Beneficência Portuguesa, bem tombado pelo Condepacc e com o qual, juntamente com a praça Luiz Vaz de Camões, se compõe em conjunto.
 - 1.2** Outrora a área aonde se encontra o estacionamento da DSPC era ajardinada — nas origens, também existia uma horta para a laborterapia e sustento dos presos —, podendo a mesma, em ocasião futura, sofrer uma nova intervenção paisagística sob orientação e/ou coordenação do Condepacc, caso venha existir interesse por parte da Secretaria Estadual de Segurança Pública.
- 2** Favorável ao tombamento do acervo iconográfico-histórico da DSPC, devendo a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) e o Museu da Imagem e do Som (MIS)/SMCE/PMC proceder com o respectivo inventário e classificação.
 - 2.1** O patrimônio iconográfico passará a compor em exposição permanente o acervo do *Museu “Ramos D’Azevedo”* a ser criado

na DSPC, segundo projeto do Dr. Miguel Voigt Júnior, Delegado Seccional de Polícia de Campinas.

- 3 Favorável ao tombamento dos mobiliários históricos e estéticos da DSPC, devendo os mesmos serem inventariados e classificados em estilos de época pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC)/SMCE/PMC.
 - 3.1 Os patrimônios mobiliários passarão a compor o acervo do *Museu “Ramos D’Azevedo”* a ser criado na DSPC, segundo projeto do Dr. Miguel Voigt Júnior, Delegado Seccional de Polícia de Campinas.
 - 3.2 Referente aos mobiliários de importância histórica ou estética, a CSPC/SMCE/PMC, com o necessário auxílio da Delegacia Seccional de Polícia de Campinas (DSPC) “Dr. Cid Guimarães leme”, deverá proceder com a busca e reintegração de posse dos eventuais patrimônios faltantes ou extraviados entre lustres, luminárias, quadros e demais itens de época, dessa maneira também procedendo com o tombamento e incorporação ao acervo do futuro *Museu “Ramos D’Azevedo”*.
- 4 Favorável ao tombamento dos documentos históricos da DSPC, devendo os mesmos serem inventariados pela Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC)/SMCE/PMC.
 - 4.1 Os patrimônios documentais passarão a compor o acervo do *Museu “Ramos D’Azevedo”* a ser criado na DSPC, segundo projeto do Dr. Miguel Voigt Júnior, Delegado Seccional de Polícia de Campinas.

No ensejo, requeiro para V. Exa. tramitação ao Condepacc para o procedimento de análises às pesquisas, estudos e conclusões deste conselheiro, augurando aquiescência aos pareceres.

Externando elevados protestos de estima e distinta consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente

ORLANDO RODRIGUES FERREIRA
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc)

Conselheiro
Associação Campineira de Imprensa (ACI)
ICONOGRAFIA

Imagens dos arquivos e coleções institucionais e pessoais de:

Antonio Miranda
Biblioteca Pública Municipal "Ernesto Manoel Zink"/SMCE/PMC
Centro de Memória da Unicamp (CMU)
Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc)
Delegacia Seccional de Polícia de Campinas "Dr. Cid Guimarães Leme"
João Falchi Trinca
José de Castro Mendes
Maria Luíza Silveira Pinto de Moura, *in memorian*
Miguel Voight Júnior
Museu da Imagem e do Som (MIS)/SMCE/PMC
Orlando Rodrigues Ferreira
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama)/Prefeitura Municipal de Campinas
(PMC)
Willian Sesso

ARQUIVOS HISTÓRICOS E DOCUMENTAIS PESQUISADOS

Biblioteca "Júlio Mariano" da Câmara Municipal de Campinas
Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA)
Centro de Memória da Unicamp (CMU)
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc)
Delegacia Seccional de Polícia de Campinas "Dr. Cid Guimarães Leme"
Miguel Voigt Júnior
Orlando Rodrigues Ferreira

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas/SP: Casa do Livro Azul, 1901.

BETTI, Gumercindo. *Ofício s/nº.; Assunto: Planta do Prédio da Seccional*. Campinas/SP: Departamento Estadual de Polícia Científica/Serviço de Segurança Pública, 25 de abril de 1985.

BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas* – Pseudônimo de João Batista de Sá – Volumes 9º (1959), 11º (1960), 12º (1961) e 13º (1961); Campinas/SP.

CAMPINAS – ONTEM E HOJE: ÁLBUM HISTÓRICO ILUSTRATIVO E INFORMATIVO. 2ª edição – Campinas/SP: sem editora, Biblioteca “Júlio Mariano” da Câmara Municipal de Campinas, 1996.

CAPONI, Sérgio Galvão. *Parecer do relator* – in: Solicitação de abertura de processo de tombamento das praças Bento Quirino e Antonio Pompeo, dos monumentos de Bento Quirino, César Bierrembach e monumento-túmulo de Carlos Gomes e da Basílica do Carmo – Tombado: resolução 050, de 13/05/2004. – Interessados: Herberto Aparecido Guimarães e Sérgio Galvão Caponi – PMC/SMCET/Condepacc, folhas 262, 04/04/04. Campinas/SP, 2004.

CERIONI, Eduardo. *O velho prédio da Seccional começa a ganhar vida nova*. Fotografia de Augusto de Paiva, in: matéria em jornal sem referência constante no arquivo do Condepacc.

FERREIRA, Orlando Rodrigues. *Arqueoastronomia dos patrimônios históricos em Campinas – Estudo de caso do Palácio dos Azulejos*. 2ª ed. rev. ampl., in: Saráu (revista digital), vol. 4, dezembro/2002; Campinas/SP: Centro de Memória da Unicamp (CMU)/Universidade Estadual de Campinas. -- Ouro Fino/MG: Observatório das Alterosas, 1ª ed., 1999.

GOULART, Edmo. *Campinas - Ruas da época imperial* – Prefácio de João Lanaro; Campinas/SP: Maranata, 1983.

GOULART, Edmo. *Campinas no ano do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo* – 1ª ed.; fotografia de Gilberto De Biasi – Campinas/SP: Prefeitura Municipal de Campinas, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monografia histórica do município de Campinas* – Prefácio de Francisco Ribeiro Sampaio; Rio de Janeiro/RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

LOPES, Amândio Augusto Malheiros. *Ofício nº 135/86*. Delegacia Regional de Polícia de Campinas/SENSP/PCSP, Campinas, 13 de maio de 1986.

LOPES, Amândio Augusto Malheiros. *Ofício nº 351/85*. Delegacia Regional de Polícia de Campinas/SENSP/PCSP, Campinas, 3 de outubro de 1985.

MAGALHÃES, Ruyrillho de. *Dr. Cid, autoridade exemplar*. – Campinas/SP: sem data.

MARIANO, Júlio. *Badulaques* – São Paulo/SP: Câmara Brasileira do Livro, 1976.

MARTINS, José Pedro Soares. *Câmara em foco – Os 200 anos do Poder Legislativo em Campinas*. — Campinas/SP: Printshop, março de 1998.

MENDES, José de Castro. *Efemérides campineiras - 1739-1960*. Campinas/SP: Editora Gráfica Palmeiras, 1963.

MORAES, Flávio Luiz Marcondes Bueno de. *Despacho de documento nº 5, guichê 152/85*, interessado: Delegacia Regional de Polícia de Campinas, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.

PINTO, Alfredo Moreira. *Impressões de viagem* – Cia. Typ. do Brazil, 1898.

PUPO, Benedito Barbosa. *A margem da história de Campinas (As origens da cidade e a oficialização da data de sua fundação) - Parecer da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Campinas (sobre Projeto de Lei oficializando a data de fundação da cidade) antecedido do Resumo da Marcha do Processo* – 2ª edição – Campinas/SP: Tipografia Mattos, 1976,

RIBEIRO, Dirceu Pereira. *Levantamento descritivo de patrimônio do Estado - Local: Avenida. Andrade Neves nº 471, in: Documento nº 1050/86, Seção Regional de Campinas/Instituto de Criminalística/Departamento Estadual de Polícia Científica/Secretaria de Segurança Pública, São Paulo, 26 de abril de 1986.*

SESSO JÚNIOR, Geraldo. *Retalhos da velha Campinas* – Prefácio de Sólon Borges dos Reis e João Batista de Sá (Jolumá Brito); Campinas/SP: Empresa Gráfica e Editora Palmeiras, 1970.

VOIGT JÚNIOR, Miguel. *1896 / 1905 – 2005: Patrimônio e instituição seculares a serviço da Lei.* – Campinas/SP: Delegacia Seccional de Polícia de Campinas, 2005.

PERIÓDICOS DO ACERVO DO CCLA

CIDADE DE CAMPINAS

Edições de:

27 de janeiro de 1897

10 de maio de 1897

13 de maio de 1897

DIÁRIO DE CAMPINAS

Edições de:

12 de novembro de 1895

14 de janeiro de 1896

6 de fevereiro de 1896

20 de fevereiro de 1896

14 de março de 1896

2 de abril de 1896

23 de abril de 1896
15 de dezembro de 1896
2 de fevereiro de 1897
11 de dezembro de 1897
